

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE DEZEMBRO**

ATA N.º 4/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 4/2020

1. Aos vinte e oito do mês de setembro do ano dois mil e vinte, por videoconferência, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, Maria João Teresa Ribeiro, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.
4. **A Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques, saúda todos os presentes.**
5. Informa que, para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A de 2020, de 19 de março, iria ser feita a gravação de áudio e imagem da referida sessão para posterior colocação no sítio eletrónico da Autarquia.
6. Informa que se vai iniciar a sessão pelo período de intervenção do Público.
7. Agradece, mais uma vez, aos técnicos da Câmara Municipal pelo apoio que estão a dar e têm dado.
8. Informa ainda que como não há folhas de presença, o que vai servir para atestar a presença, para todos os efeitos, vai ser a Minuta da Ata.
9. Alerta novamente para o processo de votação, agradecendo que aquando das votações, deixem ficar a mão em frente da cara, até informar que se pode baixar, assim como o pedir da palavra mantenham a mão em frente da cara, ou caso consigam, mandem mensagem através do chat para esse efeito.
10. Agradece que mantenham o microfone sempre desligado depois de cada intervenção, para não haver feedbacks, por causa da gravação.
11. Alerta também para o facto da plataforma poder encerrar e caso aconteça, reenviam novo convite para voltarem a entrar na sessão.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
--

12. Informa que, como foi colocado no Edital, o período para intervenção do público durante o qual são prestados esclarecimentos solicitados, o mesmo esteve aberto até ao dia 24 de setembro de 2020, não sendo realizadas nenhuma inscrição, por isso não têm intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

13. Inicia com a proposta da **Ata n.º 3 de 2020**, questionando se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração à **Ata n.º 3 de 2020**.
14. A **Membro Maria João Luz** solicita alteração do seu nome nas suas intervenções, por ser identificada de várias formas.
15. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que o mesmo se vai alterar para **Maria João Luz**.
16. Não havendo intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **Projeto de Ata n.º 3/2020**, referente à sessão realizada no dia 30 de junho de 2020.
17. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa a **Membro Maria Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes**.
18. Não votaram os membros **Maria Luís Arranja Martins de Barros** e **Gonçalo Nuno Balão Cegonha**.
19. Informa que se vão realizar as eleições para a CCDR. Vão ser realizadas em Assembleia Municipal no dia 13 de outubro, entre as 16 e as 20 horas, referindo que vão receber uma convocatória como se fosse para virem a uma Assembleia, só que é uma de voto.
20. No dia do voto, a mesa vai estar composta pelos membros da mesa da Assembleia, referindo que gostava que tivesse presente um **Membro** de cada Bancada no dia da votação.
21. Quando enviar a convocatória, vai articular com os líderes de Bancada como se vai proceder. Não vão existir substituições, sendo só os membros efetivos que participam na eleição.
22. Informa que os cadernos eleitorais já saíram, podendo ser consultados no sítio da Direção Geral das Autarquias Locais, Portal Autárquico.
23. Refere que na Assembleia realizada no dia 30 de julho, a Bancada da CDU trouxe à Assembleia uma proposta de anulação das isenções fiscais da Empresa Extraoils, ficando acordado que iria ser pedido um parecer jurídico e que viria na Assembleia seguinte. Questiona a Bancada da CDU se quer voltar a apresentar a proposta, questionando se algum dos membros pode responder.
24. O **Membro José Leitão** refere que tinham uma intervenção sobre esse aspeto pelo **Membro** da Assembleia **Clarisse**.
25. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra e começa por saudar na pessoa da Presidente da Assembleia, todos os Membros da Assembleia Municipal e na pessoa do Senhor Presidente de Câmara, toda a Câmara Municipal, referindo que infelizmente, no presente dia, não há público a acompanhar, saudando quem vier a ver a transmissão em diferido.
26. Refere que a Bancada do PSD gostava de apresentar uma Moção intitulada “**Ambiente com Transparência e Abrangência**” (Anexo 15/20)
27. O **Membro José Leitão** refere que em relação à Moção apresentada pela Bancada do PSD, não têm nada contra, vão acompanhar a mesma, sendo que têm uma adaptação a fazer sobre a mesma.
28. O **Membro Valentino Cunha** refere que não conseguiu acompanhar na plenitude a intervenção do **Membro José Leitão** por problemas de áudio, mas dada a sua extensão, crê que não tenha passado nada por aí além, sem qualquer tipo de desrespeito.

29. Relativamente a esse tema, refere que o têm vindo a debater, pelo menos no último ano, sendo completamente falso, a seu ver, que o Município se tenha escondido, quando o próprio Município, o Presidente da Câmara e o Executivo, debateram várias vezes recorrentemente na Assembleia Municipal e comunicaram à população as consequências dos seus atos que foram tomados ao longo do tempo.
30. O que não se pode esquecer é que o Presidente da Câmara e o Município, no geral, são também responsáveis judicialmente no caso de prestarem declarações para as quais não tenham a totalidade dos dados disponíveis de modo a que sejam corroboradas. Parece-lhe um pouco insensato que se pretenda que o Presidente da Câmara Municipal, a dada altura, quando apenas tem suspeitas de que uma determinada empresa está a poluir, ou que, não tem a certeza que é exclusivamente uma determinada empresa a poluir, venha para a praça pública “apontar o dedo” a essa mesma empresa, sem que para isso tenha provas claras e irrefutáveis e, portanto, o Presidente da Câmara Municipal e o Executivo podiam ser acusados judicialmente de alguns crimes, nomeadamente, de difamação por parte da empresa.
31. Menciona que, já que se falou também do encerramento do coletor, o que o PSD pode não querer dizer é que o facto do Município ter optado por, como é seu direito, encerrar o coletor, não invalida que a empresa, que no presente caso, possa também recorrer judicialmente dessa decisão e possa valer os seus direitos, mesmo que esses seus direitos sejam lesivos do interesse público dos cidadãos do Município.
32. Agora não é ao Município que cabe substituir-se aos tribunais e se os tribunais decidiram reverter a decisão do Município, foi, em primeiro lugar, porque o Município tomou uma decisão que julgava de interesse público e, em segundo lugar, os tribunais tomaram a sua decisão que o Município atualmente pretenderá refutar.
33. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Antes da intervenção gostaria de perceber o que é que o Membro José Leitão disse na intervenção que antecedeu o Membro Valentino Cunha.
34. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita que o Membro José Leitão repita a sua anterior intervenção.
35. O **Membro José Leitão** refere que, basicamente o que tinha dito é que, não tinham nada a opor à intervenção do Membro Ricardo Videira, da Bancada do PSD e que, também tinham, uma declaração a fazer sobre o mesmo assunto.
36. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que o objetivo da Moção não é tanto debater a solução que foi promovida pela Câmara Municipal e que foi encontrada pelo Executivo, mas mais solicitar outras linhas de ação, outra forma de atuação e outra forma de envolvimento dos órgãos autárquicos.
37. Refere que o Membro Valentino Cunha concordará certamente enquanto Membro da Assembleia Municipal que não teve acesso a informação, porque não lha foi prestada, ao contrário daquilo que acabou de referir e, aquela que lhe foi prestada foi porque o PSD ou a CDU fizeram perguntas, porque o PS nunca fez perguntas sobre aquilo que se passa na ETAR de Vendas Novas.
38. Também deve de concordar que saber pela televisão o nome da empresa, quando na Assembleia Municipal, o nome nunca foi dito, não sabe muito bem a quem é eleito e a quem representa os cidadãos Vendasnovenses.
39. Menciona também que se o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabia que havia uma descarga de efluentes poluídos da ETAR de Vendas Novas e que o assunto estava a ser debatido e foi questionado várias vezes sobre questões ambientais na presente Assembleia, na sua interpretação deveria tê-lo trazido para informação, não só da Bancada do PSD, mas também da Bancada da CDU e da Bancada do Partido Socialista.

40. Informa que, por fim, existe um repto e esse repto é muito importante e também já o fizeram numa reunião que foram convocados, enquanto partidos eleitos para representação na Assembleia Municipal, que tem a ver com a força que emana dos Órgãos Autárquicos a partir do momento em que existe um consenso e sentem que esse consenso que existiu na Câmara Municipal, também não é um consenso forte e sentem que a CDU em alguns momentos teve dúvidas, inclusive, os Vereadores da CDU disseram-no, foram informados muito em cima da hora e isso também consta da presente Moção. Não há envolvimento dos partidos da oposição para que as posições sejam mais fortes, não há vontade do Partido Socialista em partilhar. O Partido Socialista quer decidir sozinho e colherá as consequências sozinho, mas não é isso que pretende a Bancada do PSD, mas sim querem ser envolvidos, querem participar, porque querem fazer parte do problema que afeta e muito os Vendasnovenses.
41. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Menciona que faz apenas um breve comentário que, para quem pode vir presentemente dizer que não era objetivo da Moção criticar a atuação do Município, pensa que deveria rever como é que a Moção está escrita e nos termos em que é apresentada.
42. Sendo claramente um tipo de Moção em que é escrita para levar ou indicar um determinado sentido de voto, para depois vir para as redes sociais fazer “bandeira” disso.
43. Refere que, por outro lado, o Partido Socialista, no presente caso é o Executivo Municipal, a CDU está presente nas reuniões de Câmara Municipal como foi democraticamente eleito, o PSD está representado apenas a nível Municipal, na Assembleia Municipal e, portanto, se o PSD tivesse um Vereador certamente estava envolvido nas decisões da Câmara Municipal. Mas como o PSD só tem representação na Assembleia Municipal, está envolvido nas decisões da Assembleia Municipal, como mandam os princípios democráticos e, além disso, pensa que é de conhecimento público que a Câmara Municipal, não obstante dessa premissa democrática, convocou todos os partidos com representação na Assembleia Municipal para uma conversa mais detalhada e mais pessoal sobre o tema.
44. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Saúda todos os presentes. Recorda ao **Membro Valentino Cunha** que as coisas têm cronologia e não é indiferente fazer as coisas de ordem inversa e o que aconteceu, se a Câmara Municipal quisesse, como o seu colega de Bancada acabou de dizer e até para envolver mais uma força política naquilo que é um problema de magnitude como aquele que se tem em mãos, deveria ter sido envolvida a força política do PSD, uma vez que não tem representação na Câmara Municipal, sem Vereadores eleitos. Não ficou bem convocar o PSD para uma reunião dois dias depois de ter tomado a decisão, sendo isso naturalmente, desvalorizar até aquilo que poderiam ser os contributos do Partido, sendo que para isso bastava fazer um telefonema a dizer “olhe nós fizemos isso”.
45. Acha que não foi muito dignificante para nenhuma das partes, serem só meramente o recetáculo de uma informação, de uma decisão que estava tomada e isso claramente é dizer “você não contam para nada, a vossa opinião vale zero, nós só queremos é que vocês saibam”.
46. Isso parece-lhe muito curto para a dignidade e insiste na magnitude do problema e o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordará consigo que tem talvez em mãos, o maior dos problemas que poderá eventualmente ter ocorrido desde que assumiu o mandato que está em curso.
47. Menciona que é importante que se faça uma reflexão construtiva e referindo-se ao **Membro Valentino Cunha**, isso não é “politiquice” como está a querer fazer resvalar. O que estão é, em primeiro lugar, preocupados, segundo querem ser parte da solução, terceiro querem que dignifiquem a posição da Bancada do PSD na Assembleia Municipal, uma vez que não têm e insistindo nisso, representação na Câmara Municipal.
48. Pensa que tem de haver um pouco mais de atenção nesse particular, a CDU dirá o que entender que também foi alvo do mesmo tratamento, mas tem representação na Câmara Municipal. Dito isso, pensa que a Moção faz todo o sentido, sendo um alerta, um grito de descontentamento, mas ao mesmo tempo, o estender da mão para um compromisso partilhado a três forças políticas.

49. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Menciona que também gostava que o consenso e o pedido de não aproveitamento político funcionasse quando é no sentido inverso, quando é o PSD a aproveitar-se politicamente de determinados assuntos, antes de informar o próprio Município da existência desses problemas, quando o PSD faz anúncios e faz cartazes a denunciar questões, uma delas ambiental, que foi debatido numa Assembleia Municipal atrás, antes de informar a Câmara Municipal dessas questões que tanto avoca, que não podem ser utilizadas para “politiquices” quando o fazem.
50. Refere que, por um lado, a CDU sempre foi tida nas tomadas de decisão. Nunca foi desacreditada como sendo um partido político que está representado nas reuniões de Câmara Municipal e depois a cronologia existe na sua plenitude, não é só em alguns factos, quando se negam outros factos que também são relevantes e a questão representada é que a Moção diz claramente que o Município foi tardio na sua atuação e o Senhor Presidente não deu a informação na sua plenitude, sem se preocuparem se o Presidente da Câmara Municipal poderia, desde o primeiro momento, dar a informação que tinha por questões judiciais e se as atuações do Município poderiam ter sido feitas sem haver essa proteção e esse enquadramento jurídico das mesmas atuações.
51. Para terminar, deixa um apelo à Senhora Presidente e aos Membros das várias Bancadas de que se torna um pouco difícil responder com toda a plenitude às Moções quando não têm acesso aos textos das próprias.
52. Sabe que é difícil num ambiente virtual ter as condições como se tinha nas sessões presenciais nas Assembleias Municipais, mas também por se estar num ambiente virtual, até se torna mais fácil partilhar no momento as Moções para toda a gente e, como apelo final à mesa, para se poder agilizar, em eventuais próximas sessões ou, na presente, se possível, a partilha de Moções em direto para todos os membros, ajudava um bocadinho mais ao presente debate.
53. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que acompanha a última recomendação do Membro Valentino Cunha, parece-lhe bem, esperando que nas próximas Assembleias não seja necessário reunir-se da presente forma, mas se for, seja possível otimizar de alguma forma.
54. Referindo ao Membro Valentino Cunha, convida-o a provar a afirmação que fez relativamente às publicações do PSD nas redes sociais e menciona que lhe fez lembrar uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando a Bancada do PSD denunciou o problema na Assembleia Municipal, em que dizia que era crime que o cidadão Ricardo Videira tinha conhecimento de um crime ambiental e que não o tinha denunciado e, na verdade, a Câmara Municipal tinha um e-mail há três semanas na sua posse com essa mesma informação, fazendo-lhe lembrar essa situação.
55. Relativamente às publicações do PSD nas redes sociais e à estratégia de comunicação, esclarece o Membro Valentino Cunha, que terá sempre a oportunidade de refutar porque a Bancada do PSD nunca irá apagar os seus comentários na página do Facebook.
56. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Refere que pouco mais acrescenta relativamente àquilo que foi dito relativamente à intervenção do seu colega Membro Ricardo Videira. O que vai dizer tem atenuante porque de facto, o Membro Valentino Cunha não está a ler a Moção, mas convida-o depois a ler que aquilo que referiu não está presente. Na Moção não há nenhuma afirmação que diga que a Câmara Municipal deveria ter feito o processo judicial, que a Câmara Municipal deveria ter atuado. Não é isso que está aqui a ser chamado à colação na presente Moção. O que está a ser chamado à colação é a informação, é a partilha da informação, esse é o foco.
57. Tudo aquilo que o Membro Valentino Cunha disse e desculpa-o porque, de facto, não está a ler o texto, estando-o a dizer genuinamente, não estando a fazer nenhuma figura de estilo, é porque de facto aquilo que referiu não é o conteúdo da Moção da Bancada do PSD e também não é esse o sentido da Moção, não se criando equívocos nos restantes Membros que também não estão a ler a Moção.

58. Insiste que o que está em causa é a partilha da informação, é o fazer o envolvimento de um partido que tem algumas dificuldades em ter acesso à informação, por não estar representado nos órgãos da autarquia.
59. A **Membro Maria João Luz** saúda todos os presentes. Refere que o que tem conhecimento pelos Vereadores da CDU é que não têm sido informados atempadamente, têm pedido por escrito e não tem sido respondido atempadamente às questões que são colocadas. Mas estando presentes na sala, dois Vereadores da CDU, acha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia ceder a palavra, para eles dizerem de sua justiça, o que se tem passado nas reuniões acerca do presente caso tão grave para o ambiente para Vendas Novas.
60. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que, no presente período, não há intervenção, nem da Vereação, nem do Senhor Presidente da Câmara Municipal, só em casos muito especiais.
61. A **Membro Maria João Luz** pensa que o assunto é um caso de extrema importância para Vendas Novas. Questionando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se acha que não é um caso de extrema importância, ficando um pouco escandalizada pela forma como se está a tratar do tema.
62. Pensa que os Vereadores da CDU têm todo o direito de dizerem de sua justiça. Não é o Membro Valentino Cunha, não é a sua pessoa que não acompanha as reuniões da Câmara Municipal que sabe se são informados ou não. Sabe aquilo que lhes transmitem, mas pensa que, de viva voz, eles podê-lo-iam dizer, sendo só o Senhor Presidente da Câmara Municipal autorizar.
63. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que, como é lógico, este é um caso muito importante para Vendas Novas, não estando a pôr em causa isso, mas os Senhores Vereadores não vão intervir no presente ponto.
64. O **Membro Valentino Cunha** menciona que, para enquadrar aquilo que pensa ser do foro regimental, tendo em conta a última intervenção da Bancada da CDU e a posição da Mesa, acha que aquilo que foi solicitado foi os Vereadores da CDU não se debruçarem sobre o problema, mas sobre o funcionamento das reuniões da Câmara Municipal e pensa que os Vereadores da CDU estão presentes nas reuniões da Câmara Municipal, é lá que devem abordar os problemas, no presente caso, ambientais, tendo em conta que se está a debater o Período Antes da Ordem do Dia e se há alguma questão relativamente ao funcionamento das próprias reuniões da Câmara Municipal, também é nesse Órgão que devem resolvê-las e não na Assembleia Municipal.
65. Pensa que não existe qualquer tipo de lógica para se abrir um precedente de se começar a dar a palavra aos Senhores Vereadores sempre que esteja em causa o funcionamento das reuniões de outro Órgão que não é o nosso.
66. A **Membro Maria João Luz** menciona que, o que se trata presentemente, é o esclarecimento de uma questão que é de extrema importância, que é saber se as pessoas são ou não esclarecidas atempadamente, achando que não é nada do outro mundo. Não é o funcionamento do Órgão, é saber se estão informados ou não, ou se são chamados a participar. Isso é que é importante saber e esclarecer e é para isso é que serve a Assembleia Municipal.
67. A **Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que, na altura da Atividade Municipal ou se o Senhor Presidente achar que deve de dar a palavra aos Vereadores em questão, ele fá-lo-á, achando que é essa a altura indicada.
68. O **Membro José Leitão** refere que, em termo regimental, deixa uma nota ao Membro Valentino Cunha, que os Senhores Vereadores da CDU no presente momento já podiam ter pedido a palavra em defesa da honra, porque quando se diz que os Senhores Vereadores da CDU são informados, sabe-se sobejamente que não são informados, quando fizeram três requerimentos sobre a presente matéria, nos meses de fevereiro e março e ninguém lhes passou “cartucho”, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias.

69. Por isso, pensa que era uma questão de defesa de honra em que eles tinham direito a falar, mas a Senhora Presidente encaminha as coisas a gosto, como é evidente da sua força política, sendo que não vale a pena estar-se a adiantar mais.
70. Não havendo mais intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **rejeitada, por maioria**, com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do PSD) e 13 votos contra (PS) a Moção “**Ambiente com Transparência e Abrangência**”, apresentada pela Bancada do PSD. (Anexo 15/20)
71. Não votaram os Membros Maria Luís Arranja Martins de Barros e Rúben Alexandre dos Anjos Alves.
72. O **Membro Valentino Cunha** apresenta em nome da Bancada do PS uma declaração de Voto referindo que o Partido Socialista vota contra a Moção, porque acredita que a Moção parte de falsas premissas, sem prejuízo de se acompanhar o assunto e estarem focados na sua resolução.
73. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que a Bancada do PSD gostava de apresentar uma Moção intitulada “**Pela transmissão de áudio/vídeo em direto e online das Sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas**” (Anexo 16/20)
74. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que já começaram a tratar desse assunto, uma vez que a Lei assim o determina e, no presente momento, ainda não o foi possível, mas já estão a tratar com a parte informática e já estão a diligenciar.
75. Comunica que, no presente dia, houve uma cidadã que na quinta-feira passada, pediu para assistir à Assembleia Municipal. Na altura, não dispunham dos meios. Ligou-se no presente dia a referir que se quisesse assistir à Assembleia Municipal tinha um monitor para estar a assistir à Assembleia Municipal, mas, entretanto, não pôde vir por estar em Lisboa
76. Menciona que, aos poucos, estão a tentar arranjar os meios todos, sendo que estão a perceber que o problema da Covid-19 não vai terminar tão cedo como gostariam, para também se perceber que se está a tentar solucionar esse problema.
77. O **Membro José Leitão** refere que em relação à Moção do PSD, a CDU não tem nada contra, sendo evidente que a CDU vai mais longe, considerando que o Município tem instalações para realizar a Assembleia Municipal de forma presencial. Possui um pavilhão que tem 600m², para trinta pessoas dá 20m² por pessoa, o que dá o distanciamento social necessário para se estar em segurança, dá mais do que a festa do Avante e na festa do Avante não houve epidemia nenhuma, tal como não haveria se fosse realizada nesse salão.
78. Refere que acompanham a proposta do PSD apesar de terem também uma declaração do mesmo assunto para apresentar posteriormente.
79. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que a Bancada do PS irá votar a favor da presente Moção, ainda por mais sabendo que a Mesa da Assembleia Municipal está a envidar esforços para que isso seja uma realidade, tendo em conta as capacidades técnicas que o Município terá de verificar se as tem.
80. Relativamente à realização, já que foi aqui mencionado, desta presente Assembleia Municipal, pensa que seja comum a todos, a vontade de se estar num ambiente presencial e desconfinados o mais rapidamente possível, mas se a última Assembleia Municipal de junho já foi realizada por modo virtual e se no presente existem mais casos de Covid-19 do que haviam em junho, obviamente que acham que seja natural que a presente Assembleia Municipal também seja organizada virtualmente, como está a acontecer em outros Municípios do país e, assim sendo, refere que espera num futuro tão breve quanto possível se possam novamente reunir presencialmente, se as condições sanitárias assim o permitirem.
81. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que as observações da Presidente da Assembleia Municipal são importantes e vê que vêm seguindo a linha daquilo que vem a acontecer na

Câmara Municipal, tudo aquilo que vai sendo proposto, está naturalmente previsto, só que não está consubstanciado, não está concretizado.

82. Menciona que, já se está há praticamente seis meses a reunir por via eletrónica e, realmente, faz sentido que seja transmitido, como acontece com as Assembleias Municipais um pouco por todo o país.
83. Refere que até a Câmara Municipal, até as sessões de esclarecimento com a associação de moradores está a transmitir em direto e na Assembleia Municipal que é o Órgão mais importante do Concelho, ainda não se conseguiu reunir condições para o fazer.
84. Alude que depois da votação da Moção, que espera que seja por unanimidade, a expectativa da Bancada do PSD é que na próxima Assembleia Municipal, caso ela seja presencial, ou não, seja transmitida em direto nas redes sociais do Município, na rádio local ou a quem quer que tenha o interesse de o fazer.
85. Menciona que a preocupação que o Membro Valentino Cunha tem e faz sentido obviamente, também tem de ter reflexos na conduta e nas atividades dos outros Órgãos Autárquicos e, dando como exemplo, em como na presente Assembleia Municipal estão a reunir pela via digital para evitar o contato pessoal, mas a Câmara Municipal não se inibe de fazer presenças abertas, um pouco por todo o Concelho, e contactando diretamente com a população.
86. Existem critérios que são importantes de serem definidos, mas depois devem de ser transversais a todos os órgãos autárquicos para que os tomemos como exemplo.
87. O **Membro Custódio Vale de Gato** só para reforçar o que o Membro Ricardo Videira acabou de dizer, sendo para a Bancada do PSD uma evidência que, em primeiro lugar, está plenamente convencido e julga que o acompanham nesse equilíbrio de raciocínio que estamos longe de se ter uma solução para a pandemia, porque os números todos os dias apresentam situações cada vez mais preocupantes, sendo que o continuar da presente situação para si é uma quase certeza.
88. Independentemente disso, a relevância das matérias que presentemente se tratam, com pandemia, sem pandemia, reuniões presenciais ou não presenciais, acha que é uma mais valia, um ganho qualitativo de enorme importância, poder-se abrir o presente debate de informação da terra a todos os concidadãos.
89. Acha que embora o presente momento seja mais relevante porque há impedimentos de outra ordem, mas mesmo que eles não existissem, insiste que é importante que se faça uma abertura do debate a quem nos queira acompanhar e, de facto, não pode deixar também e sabe que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não precisa dos seus conselhos, agora, mas também quer dizer-lhe que, de facto, não gostou de ver as fotografias e os filmes colocados no Facebook, em que se movimentam pessoas de alta responsabilidade, nomeadamente o Presidente da Proteção Civil de Vendas Novas, sem estar devidamente protegido, independentemente de poderem dizer que tinham distância de segurança, mas é que os exemplos são exatamente para serem dados porque as interpretações nem sempre são elas as que nós achamos que são aquelas que deveriam ser retiradas.
90. As conclusões que as pessoas tiram é que, de facto, andar com máscara ou andar sem máscara, se o Senhor Presidente anda sem máscara então porque é que tenho de andar de máscara.
91. Pensa que existe na transversalidade de comportamentos que ter, de facto, cuidado, muita cautela por não se estar a tratar de um problema simples, de um problema coisa pouca. Está-se só a tratar das nossas vidas e da vida dos nossos.
92. O **Membro Valentino Cunha** refere que era só para esclarecer o PSD de que as decisões que a Assembleia Municipal, no presente caso, que tome são independentes do Órgão que fiscaliza que, no presente caso, é a Câmara Municipal, além de que as presidências abertas, do que sabe e, o Senhor Presidente na Câmara Municipal na Atividade Municipal poderá esclarecer melhor, mas pensa que as presidências abertas estão atualmente a ser feitas de modo individual, ou seja, o presidente reúne com

- uma pessoa de cada vez e não em grupo, evitando causar aglomerações além daquilo que seria razoável.
93. Não havendo mais intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a Moção “**Pela transmissão de áudio/vídeo em direto e online das Sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas**”, apresentada pela Bancada do PSD. (Anexo 16/20)
 94. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU uma Recomendação “**Para a realização de uma sessão extraordinária presencial da Assembleia Municipal de Vendas Novas**”. (Anexo 17/20)
 95. A **Membro Maria João Luz** apresenta em nome da Bancada da CDU um Voto de Protesto. (Anexo 18/20)
 96. A **Presidente da Assembleia Municipal** chama a atenção para o facto de terem ou não lido o Edital com atenção, esclarecendo que no final do mesmo está uma parte onde diz intervenção do público, mencionando que se tinha todas as medidas necessárias para quem quisesse intervir.
 97. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que além de achar que estão garantidos todos os direitos dos eleitores Vendasnovenses em participar na Assembleia Municipal, crê que, estando num estado de contingência, têm um dever redobrado de preservar o distanciamento social quando na Assembleia Municipal estão sempre envolvidas cerca de trinta pessoas, apesar dos espaços que se tenha no Concelho e, mais uma vez, reforça que é desejo de todos que se volte à normalidade o quanto antes para estarem a reunir presencialmente, visto que já todos perceberam que é mais fácil de se debater presencialmente do que virtualmente.
 98. O **Membro José Leitão** refere que não subscreve, de forma alguma, a posição do Membro Valentino Cunha, apesar dos seus cinquenta e nove anos e dos trinta e tal, se tiver trinta já, menciona que corre muitos mais riscos do que ele, mas, no entanto, acha que quando se fala em direitos iguais, não podem dizê-lo tão levemente porque, há pessoas que não têm computador, nem internet e, como tal, estão limitadas em termos de acesso à sua participação.
 99. Menciona que leu o Edital até ao fim, onde fala na informação à Assembleia Municipal, mas também vinha lá a dizer que as pessoas tinham de se inscrever até às 17.30h e depois, muitas vezes, as pessoas nem conhecimento têm do Edital, tendo só conhecimento que é realizada uma Assembleia Municipal porque, muitas vezes, se faz a convocatória da Assembleia Municipal, mas não se mete a ordem de trabalhos.
 100. Em tempos passados e, isso já foi referido à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que a Bancada da CDU não concorda com esse tipo de convocatória, achando que a convocatória deve ser sempre acompanhada com detalhes, que é a situação que existe agora. Em tempos não existiu, questionando se a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se recorda disso, ou está esquecida, mas é um facto e por isso de concluir que, por exemplo, o Centro Sócio Cultural tem 600m², tem 20 por 30 que dava perfeitamente para realizar a Assembleia Municipal com a presença do público, num acaso de se ter 15m² por cada uma das pessoas que lá estivesse presente, que é mais que suficiente para não haver qualquer tipo de perigosidade.
 101. São questões de opção, não se reveem na cultura do medo que está instalado, sendo que já existem Assembleias a serem realizadas, dando como exemplo, o seu irmão que vive em Seia e a Assembleia Municipal é presencial, não é por vídeo conferência, como tal, são questões de opção e, se calhar, por outros motivos não o fazem.
 102. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem de se votar o prolongamento por mais 60 minutos, questionando se alguém se opõe.
 103. Foi **aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.**

104. A **Membro Clarisse Fernandes** refere que, em relação ao Parecer Jurídico, aparece no Ponto 4.4., em que refere que a empresa Extraoils dispõe de contabilidade organizada de acordo com o SNC, fazendo depois uma referência que, não obstante de não ter entregue declaração de não dívida.
105. Questiona se a declaração de não dívida foi entregue à posteriori ou não e, no caso de a terem em seu poder, não sabendo se pode fazer essa solicitação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, a Bancada da CDU pretende uma cópia da declaração de não dívida da empresa.
106. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que sobre a informação solicitada vai ter de pedir a mesma aos serviços, solicitando para lhe enviarem esse pedido para o e-mail da Assembleia Municipal.
107. A **Membro Maria João Ribeiro** saúda todos os presentes. Apresenta em nome da Bancada da CDU uma Recomendação “**Contra a Farsa da Falsa Democratização da CCDR**”. (Anexo 19/20)
108. A **Membro Maria João Luz** menciona que falta a minuta da ata de dois de setembro de dois mil e vinte, da Câmara Municipal, devendo ter havido um lapso, por não ter sido distribuída e era importante ter a mesma.
109. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que vai ver com os serviços o que se passou e à posteriori remete a mesma.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DE 2020 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

110. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
111. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra, saúda todos os Membros presentes na Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, bem como os colaboradores do Município que estão a dar apoio e a permitir que a sessão se possa realizar nos presentes moldes, bem como todo o público que posteriormente vai aceder também à gravação da Assembleia Municipal e saúda também a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela forma como tem conduzido os trabalhos, por ser uma adaptação necessária e tem sido, de alguma forma, caricato ver posições diferentes dos Membros da Assembleia Municipal em relação a essa questão do Covid-19, das sessões e da forma de as realizar porque, demonstra bem as posições diferentes que se têm e que são obviamente legítimas.
112. Em relação ao ponto que está em apreço, refere que ele decorre como se sabe da legislação em vigor e espelha bem aquilo que são os indicadores do primeiro semestre ao nível financeiro do Município que já permitem perceber que, a manter-se a trajetória, vamos cumprir todos os indicadores que se tinha como objetivo.
113. O **Membro José Leitão** refere que é uma nota de rodapé, dizendo que achou muito interessante, o Senhor Presidente que votou contra o plano de saneamento, dizer que era um dos seus objetivos.
114. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Pensa que talvez a deficiente ligação do Membro José Leitão não lhe tenha permitido aquilo perceber o que disse.
115. O que referiu efetivamente é que está satisfeito por estar a cumprir os objetivos traçados pelo Executivo para o ano de 2020 a nível financeiro, não estando a dizer do plano de saneamento

financeiro, até porque se conhece bem a história, é fruto de má gestão durante anos da CDU que levou à derrapagem financeira, sendo uma conversa muito gasta na Assembleia Municipal.

116. Menciona que os objetivos do plano do Executivo para o presente ano estão a ser cumpridos, o que leva ao cumprimento do plano de saneamento financeiro que se tem obrigatoriamente de executar pela má gestão que a CDU deixou como herança.
117. O **Membro José Leitão** refere que não vale a pena adiantar muito que o Senhor Presidente já tem toda a ribalta, mencionando que tem de ouvir aquilo que disse para depois se lembrar do que disse.
118. Sobre o que disse sobre a má gestão da CDU, acha que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem muito que aprender sobre a questão da gestão, o que é uma boa gestão e o que é uma má gestão, referindo que olhe para o que tem andado a fazer, sendo-lhe se calhar esclarecedor.
119. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que só porque é da praxe, sempre que vem o presente relatório à Assembleia Municipal, o Membro José Leitão faz a mesma intervenção e para não o deixar sem resposta, menciona que a posição da Bancada do PS face ao presente tema está nas atas dos últimos sete anos em que o presente relatório vem à Assembleia Municipal.
120. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 21 votos a favor (CDU e PS), 2 abstenções (PSD), **aprovar o Relatório do 1.º semestre de 2020 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**
121. A **Membro Maria João Luz** apresenta em nome da Bancada da CDU uma Declaração de Voto. (Anexo 20/20)
122. O **Membro Custódio Vale de Gato** menciona que sabe que estavam a falar de uma Declaração de Voto, mas quer intervir em defesa da honra do PSD, por ter sido presentemente mencionado o PSD de uma forma errónea, com falta de rigor e, se a Senhora Presidente o permitir, gostaria de repor a verdade.
123. A **Presidente da Assembleia Municipal** dá aval positivo.
124. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece. A CDU afirma que o problema da Câmara Municipal em Vendas Novas de ter chegado ao estado desastroso em que chegou em termos de contas se deve aos Governos do PSD, mas refere que foram exatamente nos Governos do PSD que foram feitas as maiores distribuições de verbas de PIDDAC ainda na altura que permitiram que a CDU fizesse obras, algumas delas ainda hoje são “elefantes brancos” em Vendas Novas.
125. A CDU está a reclamar daquilo que lhe foi oferecido de “barriga cheia”. É injusto, é incorreto, é errado aquilo que aconteceu na situação do Governo de Passos Coelho também aí foi deixado por Governos, não esquecendo que a assinatura do Pacto de Intervenção foi feita pelo Governo de um Senhor chamado Engenheiro José Sócrates. Portanto, as referências todas ao PSD são injustas, erradas e são falsas.
126. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que face ao pedido de palavra da Membro Maria João Luz que não se vai entrar em debate após a votação.
127. A **Membro Maria João Luz** refere que a Senhora Presidente é que permitiu que após uma Declaração de Voto que fosse questionado o que tinha dito, sendo que pensa que tem o direito de resposta.
128. Relembra que o que disse foi: “as enormes restrições de âmbito financeiro e de funcionamento impostas pelo Governo PSD/CDS, no âmbito das condições impostas pela Troika e negociadas pelo PS, levaram a que pessoas, empresas e instituições se vissem, inesperadamente, em enormes dificuldades”, questionando se é mentira o que está a referir.

129. O **Membro Valentino Cunha** refere que é só uma interpelação à Mesa e, considera que não faz sentido que, depois de ter sido aprovado o ponto, começaram num debate entre Declarações de Voto que na verdade não o são e, defesas de honra, que na sua plenitude também não o são, quando o que se passou aquando a aprovação do documento foi exclusivamente debate político e isso nem cabe, a seu ver, numa Declaração de Voto, nem cabe numa defesa de honra.
130. Pensa que seria de apelar aos dois Partidos que estão na presente contenda que não abusassem dos seus direitos regimentais para fazerem aquilo que não fizeram no período de debate.

2.º Ponto – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL, REFERENTE AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS PARA O ANO 2020

131. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos, referindo que o mesmo é só para conhecimento e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
132. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Como vem sendo hábito, se o permitirem, abordará os dois pontos ao mesmo tempo, por serem os Relatórios semestrais das duas Juntas de Freguesia dos contratos interadministrativos que têm com as duas Juntas de Freguesia que, como vem espelhado nos documentos, estão a ser cumpridos pela Câmara Municipal na sua plenitude.
133. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que estando os dois pontos a ser debatidos em conjunto, gostaria de fazer notar que existe uma diferença substancial entre uma rubrica referente à aquisição de materiais para Covid-19 na Junta de Freguesia de Vendas Novas de 923,57€, quando comparada com a aquisição de bens para o mesmo fim Covid-19 com a Junta de Freguesia da Landeira no valor de 5.355,15€, pelo que gostaria de pedir ao Senhor Presidente se consegue esclarecer o motivo para essa discrepância.
134. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar de o Senhor Presidente ter apresentado os dois pontos em conjunto, peço que se discuta sempre os pontos em separado, sendo que depois em ata é um pouco confuso.
135. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e refere que abordará, em primeiro lugar, a questão da Junta de Freguesia de Vendas Novas em que de alguma forma a aquisição de material foi menos sentida e notada nomeadamente no apoio à comunidade tendo sido articulado com a Junta de Freguesia no caso da Landeira, sendo com eles essa aquisição que a verba lhes permitia fazê-lo em Vendas Novas ser a Câmara Municipal a fazer a entrega às instituições de Vendas Novas.
136. Foi articulado com os Presidentes de Junta dessa forma, as verbas fazem parte do “bolo” protocolado para as outras iniciativas que estão previstas no orçamento e também nos contratos.
137. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Questiona se relativamente às verbas previstas nos Protocolos não houve nenhum reforço, havia verbas sobrantes que permitiram encaixar essas despesas e no caso da Junta de Freguesia de Vendas Novas a Câmara Municipal assumiu esse valor. Repetiu apenas para confirmar a informação.
138. A **Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

3.º Ponto - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL, REFERENTE AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA PARA O ANO 2020

139. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos referindo que o mesmo é só para conhecimento.

140. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

4.º Ponto – PROPOSTA FINAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE JOVENS (POTJ)

141. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

142. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, no presente ponto, passa a palavra à Senhora Vereadora Ana Barros que acompanhou e tem o pelouro atribuído na presente área, pelo que solicita que apresente todo o processo, sendo um processo que foi moroso, complexo, que já foi presente duas vezes à Câmara Municipal, pelo que solicita à Senhora Vereadora Ana Barros que, em seu nome e da Câmara Municipal, pudesse apresentar esse ponto.

143. **A Vereadora Ana Barros** saúda todos os presentes. Refere que a presente alteração ao Regulamento tem como base até uma necessidade sentida pelos serviços, uma vez que é um programa que já está em funcionamento, sendo que, no presente ano, não houve programa, mas foi sentida pelos serviços, de acordo com os jovens que a costumam procurar.

144. Foram alterados alguns pontos, o regulamento teve em discussão pública e vem agora para a aprovação da Assembleia Municipal.

145. Refere que não tem muito mais a acrescentar, sendo que a CPCJ também fez sugestões para o regulamento, para acolher jovens em situação de risco, encontrando-se disponível para responder a alguma questão.

146. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 4, tendo sido **deliberado, por maioria, com 21 votos a favor (CDU e PS), 2 abstenções (PSD), aprovar a alteração ao Regulamento do Programa de Ocupação Temporária de Jovens (POTJ).**

5.º Ponto – CONTRATO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO ÂMBITO DA CIMAC – COMPROMISSOS PLURIANUAIS

147. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

148. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Sobre o presente ponto refere que a Assembleia Municipal tinha aprovado já o Compromisso Plurianual para o Projeto, mas com a alteração da legislação em vigor, houve necessidade de alterar a deliberação, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, pelo que solicita ao Dr. Hélder Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira que pensa estar on-line, que pudesse dar mais detalhes técnicos sobre essa necessidade.

149. **O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Hélder Fernandes** saúda os presentes. O contrato de eficiência energética que foi desenvolvido pela CIMAC em nome dos Municípios, conforme deliberação das várias Assembleias Municipais e, com alteração do normativo contabilístico POCAL para o SNC, levantou-se a questão sobre o enquadramento do presente contrato.

150. Esclarece que foi solicitado alguns esclarecimentos a diversas entidades, nomeadamente, à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e à Comissão de Normalização Contabilística e à DGAL, sendo que essa ainda não respondeu.

151. A Comissão de Normalização Contabilística remete o presente contrato para um contrato de concessão, o que obriga a alterar os pressupostos em que ele foi contabilizado, para já ao nível da CIMAC e eventualmente, se ele vier a transitar para os Municípios, ao nível dos vários Municípios.

152. De qualquer forma ao nível do Município, no presente momento, é necessário que a Assembleia Municipal aprove novo compromisso plurianual, sendo que os valores não se alteram na sua globalidade, apenas o estado ao novo cronograma do contrato e às classificações económicas, uma vez que o contrato anteriormente apresentava o compromisso de transferências de capital totalmente para a CIMAC e, no presente momento, passa a ser em transferências de capital uma parte, relativa à amortização do investimento e a outra parte em transferências correntes relativa à parte do serviço da dívida e do serviço a fornecer pela entidade que será concessionada.
153. Posteriormente, haverá de se colocar a questão da transferência do contrato para os Municípios e o assunto será novamente submetido à apreciação dos Órgãos Autárquicos, mostrando-se disponível para prestar algum esclarecimento.
154. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Cumprimenta o Dr. Hélder Fernandes e coloca uma questão que com a presente alteração contabilística deixam de ter um contrato que tem impacto na “conta da exploração da Câmara Municipal” para passar a ter impacto no balanço. Questionando se está correto ou se está a ver mal o problema.
155. O **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Hélder Fernandes** menciona que o Membro Custódio Vale de Gato está a ver bem, esclarecendo que essa é uma questão que se está a ver com a DGAL a nível como será contabilizado. O contrato terá efeitos no endividamento do Município, ou indiretamente por via da CIMAC, que é o que está no presente caso, ou se o contrato for transferido para os diversos Municípios ele afetará o endividamento de cada um dos Municípios.
156. Refere que, no presente momento, há várias normas que depois se poderão aplicar, uma que tem a ver com uma norma que consta no Orçamento de Estado para 2018 e tem vindo sucessivamente a ser aplicado nos Orçamentos de Estado seguintes, que tem a ver com a nova contabilização decorrente apenas de um fator de transição dos normativos contabilísticos e que ainda conte para o endividamento, não conta para o limite do endividamento, mas para o endividamento com certeza que o contrato terá que ser assumido.
157. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que se de facto a sua visão está correta, há de facto, como se acabou de confirmar, um impacto ao nível do retrato patrimonial da Câmara Municipal, ou seja, vai passar a ter evidenciado o passivo, por contrapartida exatamente de um ativo que há-de ser as benfeitorias que o contrato lhe permitiu realizar.
158. Naturalmente que não é a mesma coisa e pela leitura que fizeram dos documentos, não é claro, nem perfeitamente transparente que, ou pelo menos é essa a sua leitura, admite que pode estar equivocado, mas que haja uma inequívoca assunção de que não conte para o endividamento da Câmara Municipal, porque segundo lhe pareceu, não estão ainda pronunciados todos os pareceres de todas as entidades envolvidas no processo.
159. Portanto, a sua pergunta vai nesse sentido, de qual é o risco, se é alto, se é baixo, se é grande, se é pequeno, de haver penalização da Câmara Municipal, em termos de endividamento, por essa alteração contabilística.
160. O **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Hélder Fernandes** afirma que risco de contar para o endividamento é elevado, quase de certeza que, indiretamente, por via da CIMAC ou diretamente, se o contrato transitar para o Município, ele contará como endividamento do Município. Aqui, não há grande volta a dar. A questão tem a ver com ele contar ou não para os limites do endividamento do Município e aí acreditasse que não contará, ou por via da norma que estabelece aquando a transição dos normativos contabilísticos, ou pelo menos é uma norma transitória que, pelo menos, nos dois próximos anos, não contará. De qualquer forma, ainda assim o valor que acresceria ao endividamento enquadrar-se-ia no limite do Município, não só na margem global do endividamento, mas como nos 20% utilizáveis que o Município tem, por isso não haveria penalização para o Município de Vendas Novas.

161. A questão pode-se colocar numa forma mais grave para outros Municípios do Alentejo e, é por isso que essa questão tem estado a ser abordada e têm sido solicitados pareceres, inclusive à DGAL, para se perceber exatamente qual vai ser o enquadramento do contrato, até porque esses contratos foram estabelecidos por outras CIM'S do país e terá de haver uma uniformização na interpretação dessa matéria.
162. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 5, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD): **aprovar a proposta da Câmara Municipal sobre o contrato de gestão de eficiência energética relativo à implementação de medidas de melhoria de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública dos Municípios que integram a CIMAC, deliberando:**
- 1) **Tomar conhecimento do novo enquadramento do contrato;**
 - 2) **Autorizar a assunção do compromisso plurianual associado ao contrato acima referido, com a nova calendarização e classificações económicas decorrentes do novo enquadramento do contrato, conforme documento em anexo, nos seguintes montantes globais: 124.916€ em 2020, 187.374€ para cada um dos anos de 2021 a 2030 e 109.300€ em 2031€.**

6.º Ponto – INFORMAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS RELATIVA AO RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2020

163. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
164. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, como é notório da informação da Revisora Oficial de Contas, com a entrada em funcionamento do SNC não foi possível, como é habitual e embora a lei não o determine uma data para vir à Assembleia Municipal, mas não foi, como é hábito, presente para a Assembleia Municipal de setembro, virá obviamente à próxima Assembleia Municipal.
165. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

7.º Ponto – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA/PARECER DA DECO

166. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
167. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que a questão da redução tarifária é uma matéria do maior interesse político, já debatido amplamente na Assembleia Municipal e com a concordância de todos os partidos sobre a importância da aplicação do PART à Ferrovia e aos utilizadores da linha do Alentejo, nomeadamente, aos de Vendas Novas que são aqueles que temos de defender.
168. Decidiram dar conhecimento da operação que a Deco fez, com o parecer que deu sobre a presente situação que, lhes parece reforçar também a posição do Executivo e a de todos os partidos, que em Vendas Novas defendem essa aplicação e teve também oportunidade de, na presente semana, com o Senhor Ministro das Infraestruturas, defender isso mesmo que está plasmado no presente texto, bem como em muitos que têm já adotados como posições políticas, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal sobre a matéria.
169. Não está na Atividade Municipal, não é o presente ponto, mas pode dar essa informação que foi assumido o compromisso, por parte do Governo de estar implementada a solução técnica que a CP não tinha ainda para aplicação dos descontos aos Vendasnovenses, sendo que a CIMAC já assumiu que tem o dinheiro para os 60% do desconto que deverá ser aplicado aos utilizadores de Vendas Novas.

170. Em Vendas Novas está-se a falar, imagine-se numa deslocação para Lisboa custa 202€, vão começar a pagar menos 120€ por mês, o que é uma diferença muito significativa para as famílias Vendasnovenses.
171. Vão estar presentes para lembrar o Governo que assumiu o compromisso durante a presente semana com a Câmara Municipal de Vendas Novas, de até ao final do ano, ter essa situação tecnicamente resolvida, o que mais em concreto poderá passar pela criação de um passe alternativo ao flexipasse, que não mexa com todo o modelo de negócio nacional do flexipasse a nível nacional e que haja um modelo de negócios específico para a linha do Alentejo porque é de facto uma situação impar no nosso país, em que o serviço regional é feito pelo intercidades e não por comboios regionais ou inter-regionais.
172. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começa por referir que se congratulam pelo facto de a Câmara Municipal ter disponibilizado o presente parecer da Deco que, como certamente terão consultado, surge na sequência de um projeto de resolução escrito em Vendas Novas e apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, a propósito da aplicação do PART à linha do Alentejo e que a Deco entendeu reforçar essa que foi a proposta do PSD e que, brevemente, será votada no Órgão máximo legislativo do país.
173. Refere que, obviamente, depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a maior expectativa da Bancada do PSD é que os Deputados do Partido Socialista acompanhem essa proposta do PSD e votem também eles favoravelmente essa proposta tão importante para Vendas Novas.
174. Aproveitando o ensejo e o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal também ter introduzido o tema do PART e as diligências que têm sido movidas, tem algumas questões para lhe colocar, sendo questões que também constavam de um requerimento enviado na sexta-feira, no dia a seguir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ter reunido com o Ministro, mas felizmente, também ou não, acabaram por receber no presente dia essa informação através da página do Facebook, como diz o Membro Valentino Cunha, a estratégia de comunicação nem sempre é aquela que desejamos.
175. Refere que gostariam de a ter em primeira, mão enquanto Autarcas. Não a tiveram, mas tiveram-na juntamente com a população e sendo as notícias boas como o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá dado instruções para colocar na página da rede social do Município, então tanto melhor.
176. Ainda relativamente ao presente tema e uma vez que é um tema que já tem algum tempo, gostariam de fazer duas questões adicionais ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e são questões eminentemente políticas e processuais.
177. Relembrando que, uma semana antes das eleições legislativas de 2019, na Assembleia Municipal decorrida na Landeira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a iniciativa de anunciar a existência de um compromisso para a aplicação do programa PART aos utilizadores da linha ferroviária do Alentejo, conforme passa a citar: “no ponto 485” e em relação ao PART, o que vem à Assembleia, as conclusões e a informação que pode dar neste momento à Assembleia é que ficou assumido o compromisso perante o Presidente da Câmara Municipal de Évora e a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas de ser a CP no mês de outubro a enviar um compromisso, acordo, protocolo, para a aplicação do PART ao intercidades.” Afirma que chegaram ao patamar mais importante, ao compromisso da aplicação.
178. Ora confrontado com o PSD pela não aplicação do PART na Assembleia Municipal seguinte, em 22 de novembro de 2019, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu “a Câmara Municipal não faz castelos no ar.” Tem um documento enviado pela CP, um e-mail que confirmava que era necessário elaborar um protocolo e enviar à Câmara Municipal e acrescentou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal, “portanto o Executivo não inventa, tem um documento que os tranquilizou, que vem na sequência de duas reuniões, uma com o Senhor Ministro e uma com a nova administração da CP, é enviado esse e-mail da própria CP e portanto não inventaram nada disso”.

179. Ora face a todo esse contexto e a essa “confusão,” a Bancada do PSD no dia 3 de dezembro de 2019, requereu o envio de uma cópia da correspondência trocada por via eletrónica entre a CP e a Câmara Municipal, designadamente, onde é plasmado, um compromisso alegadamente assumido pela CP em aplicar o PART ao passe ferroviário da linha do Alentejo e bem assim a resposta subsequente. Recordar-se-ão que mesmo tratando-se de meras cópias, a resposta só chegou oito meses depois e depois de várias insistências, recordando que insistiram várias vezes em Assembleias Municipais, conforme os Membros todos se recordarão.
180. Porém as comunicações eletrónicas anteriormente referidas e de que receberam cópias têm conteúdos ligeiramente diferentes. Primeiro, o e-mail da CP que data de dois de outubro de 2019 com o seguinte conteúdo: “ponto um, na reunião de 27 de agosto último com a CIMAC, a CP comunicou que iria ser indicado o estudo de avaliação da implementação do PART nos serviços intercidades, através da aplicação de descontos no custo do flexipasse, cuja diferença de preço na totalidade seria suportada pelas CIM’S. A CP não tem ainda, concluído esse estudo, não existindo, portanto, uma decisão sobre essa matéria. Tal como, foi referido na reunião em causa, uma eventual aplicação do PART ao serviço de intercidades de Lisboa/Évora levará com certeza que todas as CIM’S com as quais a CP já estabeleceu contrato, solicitem também a sua extensão ao flexipasse, nas respetivas áreas geográficas, pelo que a CP está a proceder a uma análise cuidada da avaliação da capacidade existente em cada comboio do serviço intercidades para acomodar esse tipo de utilização, uma vez que, é espectável que se verifique um significativo aumento de procura em todos os eixos intercidades”.
181. Refere que há um segundo e-mail, também da CP, do dia 22 de outubro de 2019, com o seguinte conteúdo: “Concluído o estudo sobre o assunto em causa, a CP decidiu que o tipo de transporte flexipasse não integrará o PART – Programa de Apoio à Redução de Tarifário”.
182. Dito isso, informa o Senhor Presidente da Câmara Municipal que não receberam o e-mail enviado para a Câmara Municipal que atesta as declarações que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu na dita reunião de 22 de novembro de 2019 e que estão registadas em ata, nomeadamente, a confirmar que estavam a desenvolver esse protocolo e que o PART seria aplicado muito em breve.
183. Refere que também que não encontraram quaisquer evidências que sustentem o que foi enunciado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, em que deu como garantido a integração do PART no passe ferroviário da linha do Alentejo a dias das eleições legislativas. Entretanto passou um ano, dezassete meses de vigência do programa e a Bancada do PSD questiona, afinal que evidências tinha efetivamente a Câmara Municipal de Vendas Novas, designadamente documentais e compromissos formais que terão sustentado o anúncio feito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019.
184. Segundo, porque é que não foi enviada a cópia do e-mail que a CP confirma que está a desenvolver esse protocolo e que o PART seria aplicado muito em breve.
185. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Começa por saudar o Membro Ricardo Videira pela elaborada exposição histórica que fez sobre o PART e refere, antes de mais, que “não lhes caem os parentes na lama”, usando uma expressão bem popular de trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal todos os passos que qualquer entidade possa dar para ajudar a resolver as situações ao contrário do que o PSD tantas vezes avoga que, de alguma forma, se sentem melindrados e está presente a prova hoje na Assembleia Municipal que isso não é verdade e é com base nesse processo de resolução que vem ao conhecimento da Assembleia Municipal, um documento oficial de um parecer, que também é um parecer do Município, nomeadamente da DECO, entidade com que têm trabalhado.
186. Em relação às questões colocadas, o compromisso político existiu efetivamente, não só com a reunião com a CP, com o Presidente Pinto Sá em representação da CIMAC, mas também com a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, Elsa Caeiro que depois de seguida poderá falar sobre a reunião e sobre o compromisso assumido pela CP, mas esclarece que o seu compromisso é bem maior que esse, é um compromisso político e o compromisso político foi assumido pelo Senhor Ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos com o Presidente da Câmara Municipal de Vendas

- Novas e, esse para si é impossível ultrapassar e foi isso que na reunião lhe transmitiu, por já ser a terceira ou quarta reunião que tiveram sobre o assunto e, portanto, é altura da Câmara Municipal de Vendas Novas, até porque em plena pandemia tiveram o cuidado de enviar um ofício e, desta vez, nem foi o PSD que o pediu, apesar de tudo, não são assim tão incompetentes como o Membro Ricardo Videira, de forma arrogante, gosta de fazer crer. A verdade é que se lembraram que esse é um problema de toda a gente que utiliza a linha do Alentejo, é um problema dos Vendasnovenses que a utilizam, quer para fazer as suas deslocações para fora do Concelho, quer para, de alguma forma, trazer pessoas a Vendas Novas e muitos são os trabalhadores do nosso Parque Industrial que já usam o comboio para se deslocar até Vendas Novas.
187. Refere que, para o Executivo, o compromisso político é a bitola mais importante e que, no presente momento, esse compromisso foi reafirmado e foi estabelecido um prazo.
 188. Tal como disse na sua intervenção inicial, para que não restem as menores dúvidas, a Câmara Municipal de Vendas Novas vai lembrar o Senhor Ministro e o Governo Português caso isso não venha a acontecer porque estão em primeira mão a defender Vendas Novas e não o Governo e isso é óbvio. Já o fizeram no passado com outros assuntos e voltarão a fazê-lo com todos aqueles que sintam que põe em causa a qualidade de vida e, no presente, caso a equidade dos cidadãos de Vendas Novas com outros cidadãos aqui tão próximos.
 189. Em relação à questão da CP, como o Membro Ricardo Videira diz, há um compromisso assumido com a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas naquela reunião que decorreu entre a CIMAC, a Câmara Municipal de Évora e a Câmara Municipal de Vendas Novas e a CP.
 190. Refere que está em crer que com a informação que teve numa reunião posterior, como o Membro Ricardo Videira também sabe, houve uma reunião com o Senhor Ministro já a posteriori, porque não recebiam protocolo nenhum, tal como lhes tinha sido dito.
 191. Dessa reunião, também deu informação à Assembleia Municipal na altura, a questão/problema da CP tinha a ver com a tipologia de passe, o flexipasse porque é um modelo nacional e isso foi-lhe transmitido novamente nessa reunião, sendo que o problema deles é fazer e criar um sistema que permita a aplicação dos descontos a um passe específico, que não é um passe nacional, ou seja, nem todo o flexipasse de norte a sul do país vai passar a ter a aplicação, porque o inter-cidades, como todos sabem, está de fora da aplicação do PART e, nesse sentido, porque não é um serviço urbano, embora no caso de Vendas Novas é um serviço claramente regional ou inter-regional, se preferirmos, porque ele vem de Beja.
 192. Nesse sentido, o que quiseram transmitir ao Senhor Ministro é que chega de se perder tempo, já chega, já não admitem mais e, portanto, passado mais de um ano da aplicação do PART no nosso país, os Vendasnovenses são penalizados todos os meses em cerca de 120€, como disse há pouco, porque o que lhes é permitido é ir aos 60% e, é isso que têm acordado também na CIM com as restantes Câmaras Municipais, como também o disse naquela altura, há esse acordo na CIM, havendo dinheiro no orçamento na CIMAC que ninguém lhe tocou, porque ele pode vir a ser necessário a qualquer momento.
 193. Aquela que é a intenção política do Executivo Municipal é que o projeto de resolução do PSD não seja necessário, ou seja, é conseguir que o Senhor Ministro dê “corda aos sapatos” para aplicar o PART de uma vez por todas e ajudar as famílias e os Vendasnovenses que todos os meses têm de comprar um passe que ainda custa 202€, quando aqui bem perto custa apenas 40€.
 194. Dá a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Elsa Caeiro para dar conta daquilo que foi e pensa que já o havia feito anteriormente, sobre o compromisso que a CP assumiu com a Câmara Municipal de Vendas Novas e com ela diretamente, sendo que foi quem participou na reunião.
 195. A **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Elsa Caeiro** saúda todos os presentes. Esclarece que a reunião que aconteceu com a CP e com a Câmara Municipal de Évora e a CIMAC foi uma reunião solicitada pela Câmara Municipal de Vendas Novas, na sequência de várias comunicações entre a

CIMAC e a CP e perceberam que da parte da CP havia sempre obstáculos à aplicação do PART ao transporte ferroviário e daí insistiram nessa reunião.

196. A reunião ocorreu no dia 27 de agosto de 2019 e com muito espanto do Executivo, a CP mostrou-se totalmente disponível para encontrar uma solução para a aplicação do PART à linha ferroviária do Alentejo.
197. Saíram dessa reunião muito satisfeitos, convencidos de que seria enviado um protocolo para efetivar essa aplicação e, passados mais de dois meses, foi quando receberam uma resposta e depois de insistirem bastante, receberam uma resposta da CP a dizer que após a conclusão do estudo, não seria aplicado o PART ao transporte ferroviário por causa da questão de ser um intercidades e ser a aplicação do flexipasse que poderia depois também ser solicitado por outros Municípios.
198. Refere que pode ler até parte do que foi a resposta do Executivo, porque mal receberam essa comunicação da CP responderam a dizer; “é como muito desagrado que recebemos a vossa resposta a informar-nos da não aplicação do PART ao flexipasse a arrepio do compromisso assumido com a CIMAC e com os Municípios de Vendas Novas e Évora. Não compreendemos como pode a CP tomar esta posição depois de ter demonstrado a maior abertura para encontrar uma solução que incluísse o PART nos passes dos utilizadores do transporte ferroviário na reunião de 27 de agosto de 2019”.
199. Menciona que posteriormente podem fazer chegar a totalidade do que foi a resposta do Executivo. No entanto, pensa que o primeiro parágrafo demonstra bem o quanto o Executivo ficou surpreendido com essa resposta negativa da CP, quando em reunião se tinham comprometido com a aplicação do PART ao transporte ferroviário em Vendas Novas.
200. O que podem garantir é que vão continuar a insistir, porque não compreendem como é que se pode querer desenvolver o interior, quando se criam essas assimetrias territoriais com a não aplicação de um Programa de Apoio à Redução Tarifária à Linha do Alentejo.
201. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não perdendo muito tempo com as cortesias e adjetivações, apenas dizer que também desejam que o projeto de resolução não seja necessário, aliás, menciona quem dera que não tivesse havido a necessidade de o escrever porque algumas dezenas de Vendasnovenses teriam poupado mais de três mil euros nas suas carteiras para fazer essas deslocações diárias até Lisboa.
202. Diz ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que entendem perfeitamente o simbolismo de um compromisso entre um Presidente da Câmara Municipal e um Ministro. É realmente um compromisso político, é um compromisso importante e se o Ministro lhe dá uma informação, então o Senhor Presidente tem de a ter como boa, concordando com o mesmo.
203. Refere que também é essa a expectativa que a Assembleia Municipal de Vendas Novas tem em relação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em setembro do ano passado, anunciou que iria ser aplicado, que tinham um acordo e, esse é o grande problema que a Bancada do PSD lhe traz presentemente e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acresceu afirmando que existiam provas documentais, que existiam e-mails a documentar essa informação e é por isso que estão a cobrar, pela demora e pela afirmação naquele período em que viviam, num período de campanha eleitoral e que realmente não se veio a concretizar.
204. Refere que se congratulam com o facto de haver boas notícias, que se congratulam com a aplicação do PART com a maior brevidade possível, mas o compromisso político entre o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Assembleia Municipal numa informação que deu, por não ter sido correta, também é um compromisso que falhou.
205. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que já todos os presentes perceberam a questão principal do presente problema, é que há um ano atrás tinha sido assumido pelo Ministro das Infraestruturas que é quem tutela a CP, de que haveria condições para implementar o PART ao serviço intercidades na linha do Alentejo, no caso particular, de Vendas Novas para Lisboa. Posteriormente, a

CP tentou reverter esse compromisso, com as suas alegações, sendo que, mais recentemente, o Ministro voltou a reafirmar e pensa que usando os seus poderes de tutela, fazer com que a CP aceitasse a aplicação do PART nessa ligação ferroviária.

206. Acha que convém também mencionar que o problema principal para a aplicação do PART na ligação entre Vendas Novas e Lisboa é de que o PART nunca foi concebido na sua estrutura e na sua ideia inicial, para ser aplicado a serviços de interidades, pelo serviço que tem e pela sua tipologia, não pressupõe movimentos pendulares na grande generalidade dos serviços e das ligações ferroviárias no nosso país. Aliás, crê que a ligação ferroviária entre Évora e Lisboa, de serviço de interidades e a posterior ligação a Beja, é a única que não é complementada com outro qualquer serviço ferroviário da CP, sendo que grande parte dos interidades têm como complemento também um serviço regional ou inter-regional, em que nesses há possibilidade e há a aplicação do PART nas várias CIM'S.
207. Especifica se tiver o interesse de ir de Lisboa a Tomar, sabe que existe um serviço inter-regional ou um serviço regional em que possa ser aplicado o PART para essa ligação.
208. Todo o problema para a aplicação do PART à ligação Vendas Novas/Lisboa e pede ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Vice-Presidente que o corrijam se estiver errado, parte do errado pressuposto que o nosso serviço de interidades Vendas Novas/Lisboa é, de facto, um serviço interidades quando, pelo menos em duas ligações não o é, e quando existem movimentos pendulares frequentes diários por grande parte da população ou por uma significativa parte da população de Vendas Novas que adquirem o passe mensalmente.
209. Nessa circunstância, a seu ver a CP tenta escudar-se no facto de se estar a falar num interidades, quando na verdade, para os Vendasnovenses que o utilizam é uma tipologia de transporte para um movimento pendular, que é aquilo que um interidades não pressupõe e portanto, a CP tenta-se escudar nisso, tenta-se escudar no modo como o PART está concebido, não está concebido para ligações entre cidades distantes, como se pressupõe num interidades e, ao mesmo tempo, o Ministro das Infraestruturas pensa que percebe a posição do nosso Município em que se tem, de facto, salvo erro, cerca de setenta a oitenta Vendasnovenses que todos os meses utilizam aquilo como outras pessoas utilizam, por exemplo, um comboio da Fertagus ou um comboio suburbano da CP, com o seu movimento pendular casa/trabalho.
210. Enquanto não se resolver e se esclarecer de uma vez por todas com a CP, que tipo de comboio é que se tem em Vendas Novas, acha que isso dificulta e tem dificultado a aplicação do PART.
211. A seu ver e se isso é um serviço interidades, tem de ser tratado como um serviço interidades, como nas outras regiões do país, em que tem de haver um serviço de bar e que não pode parar em apeadeiros, ou então, alternativamente, assume-se aquilo que é, que não é um serviço interidades e o PART tem e deve de ser aplicado à ligação Vendas Novas/Lisboa.
212. Pensa que é uma questão técnica que se calhar, a seu ver, que está a dificultar toda a resolução do problema existente, de saber afinal que serviço é que têm e que serviço é que precisam para Vendas Novas.
213. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Pede permissão para tecer uma consideração, em que o Membro Valentino Cunha tem razão na intervenção que faz e, a génese do problema, o PSD nunca fala realmente dela, por um motivo muito simples, porque não tem interesse em falar nela, mas a génese do problema não existiria em Vendas Novas e os três mil euros que cada família já pagou a mais desde a criação do passe, não seriam necessários ser pagos se o último Governo do PSD não tivesse acabado com o serviço regional que o Concelho tinha com as carruagens que faziam ligação e, nesse momento, já era possível aplicar o PART desde a primeira hora, como aconteceu com a Azambuja, como aconteceu com Baião e como outros Municípios que tinham e têm efetivamente serviço regional, não fazendo parte das áreas metropolitanas tiveram a aplicação.
214. A questão é mesmo essa, como disse o Membro Valentino Cunha, a questão é que estamos perante um serviço que não tem tipologia PART, não é incluído na tipologia PART por não fazer, supostamente,

as ligações pendulares, dar cobertura aos movimentos pendulares que, no caso, é o que acontece, sendo o único comboio existente, sendo o que se tem é o falso intercidades e essa tem sido sempre a argumentação de base com a CP e com o Ministro das Infraestruturas e já o fizeram ver também em números.

215. Sendo um intercidades tem lugares marcados, mas muitas vezes os utentes de Vendas Novas vão de pé no comboio quando está cheio pelo simples motivo de não terem a tipologia garantida e isso não deveria acontecer num serviço intercidades, por exemplo, em que os bilhetes são comprados e o lugar é reservado automaticamente, mas como existe a questão do passe e de um serviço que é regional para movimentos pendulares acontece com muita frequência.
216. Quanto à questão da informação do Membro Ricardo Videira, refere de forma muito séria, que já percebeu que o PSD está tão menos interessado com a aplicação do PART em Vendas Novas, quanto mais com qualquer descuido que a Câmara Municipal possa ter na comunicação que faz e isso é que é lamentável.
217. Lamenta profundamente enquanto Presidente da Câmara Municipal é que fica pouco notória a preocupação do PSD com a questão, mais do que com a matéria.
218. Acha que é desnecessário e não reforça nenhuma posição, porque se o PSD quer estar com a Câmara Municipal, tem de estar com a Câmara Municipal efetivamente. Quando não tem informação queixa-se que não a tem, quando a dá, queixa-se que a dá ou que a dá mal.
219. Dirige-se ao Membro Ricardo Videira dizendo que não sabe se na resposta que foi enviado o e-mail, o e-mail que tem é a síntese da CIMAC da reunião que aconteceu com a CP, pensa que foi enviado, onde está bem plasmado que a CP assume esse compromisso de estudar a aplicação e de avançar com a aplicação, não sabendo precisar se o e-mail foi enviado ou não.
220. Tem-no presente no momento consigo, enviado pela Senhora Vice-Presidente e refere que tem essa síntese feita pela própria CIMAC da reunião pedida por Vendas Novas à CP e esclarece que quando falou na Assembleia Municipal tinha presente essa matéria, porque sabe que houve esse compromisso da parte da CP com a Senhora Vice-Presidente, com o colega Pinto Sá de Évora e com a própria CIMAC, tendo participado também o Arquiteto André Espenica, Secretário da CIMAC e o Dr. Hélder Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, sendo quatro pessoas que rapidamente comprovam que o que disse na Assembleia Municipal é absolutamente verdade. A CP assumiu esse compromisso. Que depois veio a roer a corda mais tarde é verdade também, por isso é que não pararam em momento algum e foi por isso que voltaram a reunir com o Senhor Ministro e não têm desistido nunca de “hastear a bandeira” por saberem que é muito importante, como pensa que todos o consideram.
221. Tece que fazer deste assunto uma “arena” de debate e de confronto político em Vendas Novas, serve os interesses apenas da oposição e compreendem isso. Já estiveram do outro lado e sabem como as coisas funcionam, mas pensa que em relação ao caso e até perante a informação apresentada na Assembleia Municipal, fica notório que têm uma postura claramente aberta de tentativa de unir esforços para resolver a situação e, obviamente, se for necessário chegar ao Parlamento, contará pelo menos com a solidariedade dos Deputados Socialistas que, de alguma forma, pode pedir isso para aprovação desse Projeto de Resolução.
222. No entanto e, volta a frisar isso, a expectativa que tem e que é o mais importante, é que o presente compromisso ora assumido pelo Senhor Ministro seja cumprido, sem que seja necessária a aprovação do Projeto de Resolução que é um bom sinal para todos e para Vendas Novas nomeadamente.
223. O Membro Custódio Vale de Gato agradece a palavra. Alude que discorda do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sendo que o interesse do PSD é genuíno em defesa de Vendas Novas e dos utilizadores da ferrovia como meio de transporte. Não fique a mínima dúvida relativamente a isso.

224. Menciona se o PSD escolhe outros caminhos para tentar influenciar, no sentido positivo, a resolução do problema é porque se começou a perceber que o Ministério não leva muito a sério a Câmara Municipal, ao ponto de a enganar em sucessivas reuniões.
225. A eficácia da relação privilegiada que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem com o Senhor Ministro que é do seu Governo, deveria merecer da parte do Ministro maior respeito pela Câmara Municipal, pelos seus Municípios e por toda a sua população que, no presente caso, está a ser prejudicada.
226. Acha que as sucessivas promessas não cumpridas não abonam muito a favor do processo e de quem promete e não cumpre, mais de quem é levado ao engano por pessoas que, de facto, não são capazes de honrar os seus compromissos.
227. Dito isso, o que era importante era, de facto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já disse anteriormente que tomavam posições duras, voltando agora a reafirmar que tomará posições muito duras, não sabendo em que medidas é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a pensar, mas naturalmente o PSD continuará a fazer a sua luta, independentemente de o Senhor Presidente gostar ou não, que a Bancada do PSD encontre caminhos alternativos porque utilizam os meios que têm, são os seus Deputados. É para isso que eles lá estão, é para isso que o país lhes paga, para eles fazerem esse trabalho político, não estando a fazer favor nenhum, estando a fazer aquilo que é a sua obrigação.
228. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que tinha algumas questões para comentar, mas o seu companheiro de Bancada, o Membro Custódio Vale de Gato acabou de o fazer e, apenas em jeito de complemento, dizer duas ou três coisas.
229. A primeira desde logo tem a ver com a preocupação ser a matéria ou ser a questão política. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se, no presente dia há questão para debater o PART num ponto da Assembleia Municipal em Vendas Novas é porque o PSD redigiu um Projeto de Resolução relativamente ao presente tema, precisamente devido à ineficácia do Ministério para resolver um problema que se arrasta há dezassete meses.
230. Quando falam em matéria e substância, o PSD usa todos os meios que estão à sua disposição para ajudar a resolver os problemas dos Vendasnovenses e fazem-no nos Órgãos Nacionais, na Assembleia da República sempre que for necessário e que, no presente caso, não seja possível resolvê-lo por outras formas.
231. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha que em março do presente ano havia comunicação entre o Ministério das Infraestruturas e a Assembleia da República a afirmar que o Ministério estava sensibilizado para o problema, que realmente tinha havido aquela reunião que é factual entre o Presidente da Câmara Municipal e o Ministro e que o Ministério estava sensibilizado, mas não havia compromisso nenhum com a resolução.
232. Menciona que têm esse documento, essa resposta a um Deputado do PSD e podem facultá-la se a desejarem consultar, sendo de março de 2020.
233. Refere também que se está em 2020, passaram cinco anos desde que o Passos Coelho saiu do Governo e continua a falar-se do problema do Passos Coelho, da Troika e por aí fora e há cinco anos que se tem o Dr. António Costa no poder, o Partido Socialista e não repuseram o comboio regional e é essa a grande questão.
234. Refere que até concordam com a necessidade de o repor, não concordam é com a linha de argumentação do Senhor Presidente da Câmara Municipal que deve levar e deve repetir e reiterar em cada reunião com o Senhor Ministro.
235. Sabe que já o fez uma vez, mas gostava que o continuasse a fazer, no sentido de essa questão ser efetivamente implementada.

236. Pede ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que não confunda as intenções da Bancada do PSD com as suas opções políticas que são diferentes das do Senhor Presidente da Câmara Municipal e que não confunda o que estão a dizer na Assembleia Municipal enquanto oposição com o que é a vontade que obviamente servir Vendas Novas e coloca-la em primeiro lugar.
237. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que é só para uma correção ao Membro Custódio Vale de Gato, sabendo que não o fez por desrespeito, mas, não é o “meu Governo”, é o nosso, porque ele foi eleito pelos portugueses para servir todos os portugueses, tal como é Presidente da Câmara Municipal para servir todos os Vendasnovenses, deixando essa correção pelo facto que o Membro Custódio Vale de Gato costuma ser extramente correto nessas questões, não sendo o seu Governo, mas de todos os portugueses.
238. Em relação à intervenção do Membro Ricardo Videira, refere que não fará mais intervenções nesse sentido, sendo pena que há cinco anos atrás ou há seis quando terminou o serviço regional, o PSD não tenha estado na fila da frente como está no dia de hoje contra o Governo do PS pela não aplicação do PART, porque se tem estado na altura contra o “seu Governo,” como esteve a Câmara Municipal e “bateram o pé” e não ganharam nada com isso, é verdade nem sempre ganharam, mas se tivessem acompanhado partidariamente como o estão a fazer no presente, não tinha acontecido isso que se está a viver.
239. Na altura, não se recorda de o Membro Ricardo Videira ou o Membro Custódio Vale de Gato ou de qualquer outro Membro do PSD se ter pronunciado sequer contra o fim do serviço regional do comboio na linha do Alentejo e, nesse caso, estiveram o PS e a CDU alinhados claramente contra aquele fim e, permitam-lhe que diga isso, não ouviu uma única intervenção dos Senhores Deputados que, no presente, atacam o Governo na Assembleia da República, usando infelizmente uma consequência negativa para os Vendasnovenses e quando fala em matéria política, é isso que quer dizer e porque na Assembleia da República, na altura, estava um PSD maioritário e decidiu acabar com o comboio regional que servia os Vendasnovenses e que, no presente, teria permitido a aplicação do PART.
240. Refere que o Executivo, no presente momento, está a fazer o que lhes compete que é lutar para que haja aplicação do PART no intercity e lutar também para que volte o serviço regional, porque não se vão ficar pela aplicação do PART, querem mais comboios e mais horários, porque isso é que é servir de facto, Vendas Novas, não é só a aplicação do PART e os descontos, é ter mais comboios, é ter mais horários e ter um transporte público excecional como é o comboio, ao serviço da população. Esse é o trabalho de um autarca e é fazê-lo ao longo de todo o ciclo.
241. Referindo que já tiveram na Câmara Municipal com o PSD no Governo e estão na Câmara Municipal com um Governo do PS que são os dois Governos de todos os Portugueses e, na altura, não se recorda de nenhuma intervenção do PSD contra o encerramento da linha do Alentejo.
242. Compreendendo a matéria política, prefere a matéria técnica do momento em que estão a trabalhar para resolver a situação e permitam-lhe dizer isso, se há alguém que pode resolver a situação é o Ministro e espera e conta com ele sim para resolver a situação e se não o fizer, volta a frisar, cá estará porque nunca esqueceu o tema e, nos últimos meses, tem feito sucessivas diligências para que isso não caia no esquecimento.
243. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que se está a discutir a aplicação do PART ao intercity ou, ao que quer que aquele serviço seja de Vendas Novas, menciona que, em primeiro lugar, houve um Governo do Partido Socialista em conjunto com o apoio do Bloco de Esquerda e da CDU e com o voto contrário do PSD que pretendeu aplicar e criar esse Programa de Apoio à Redução Tarifária e aplicá-lo a todo o país. Sendo esse o primeiro passo para se estar presentemente a discutir esse problema.
244. O segundo ponto, considera que, no presente, tem-se uma tutela e uma administração da CP que estão realmente preocupadas com a solução e com o investimento na rede ferroviária nacional, porque já

foram feitos, nos últimos anos mais recentes, vários investimentos na rede ferroviária, foram adquiridas composições, ainda que em segunda mão, que num curto espaço de tempo poderão estar ao serviço dos portugueses, em mais e melhores ligações ferroviárias e foi também recentemente lançado um concurso para aquisição de carruagens novas.

245. Refere que há uns anos, quando se vivia sobre a Troika e sobre o Governo do Passos Coelho, em que o objetivo era privatizar a CP, como fez com a privatização da lucrativa CP Carga, a verdade é que o objetivo era tirar os comboios de circulação, piorar o serviço prestado às populações, descapitalizar a empresa e vende-la ao desbarato.
246. A consequência disso foi ter-se durante anos oficinas da CP paradas que podiam estar a recuperar intercidades e carruagens que tanta falta nos fazem hoje para melhorar as ligações e aumentar o número de ligações ferroviárias.
247. Refere que anda de comboio frequentemente, e há uns anos tinha-se um comboio inter-regional a fazer um serviço de um intercidades, um comboio de tipologia inter-regional numa unidade tripla elétrica, a fazer o serviço de intercidades Évora-Lisboa. Esse sim foi o ponto pior que se teve no serviço prestado a Vendas Novas e aí é consequência do desinvestimento que o anterior Governo fez nas oficinas e na manutenção da CP, com o objetivo exclusivo de a privatizar e refere que, nessa altura, nunca ouviu alguém preocupar-se com as condições dos transportes dos Vendasnovenses.
248. O **Membro José Leitão** refere que deixa uma nota rápida para quem venha a assistir à presente Assembleia, a CDU não aparecer a dizer nada, até parece que a questão do passe é uma questão que foi criada pelo PS ou pelo PSD.
249. A CDU lembra que as propostas foram apresentadas nos anos noventa pelos Deputados do PCP na Assembleia da República e que, nessa altura, tiveram constantemente os votos contra dos Deputados do PS e do PSD, só recentemente é que por proposta do PCP e em acordo com o Bloco de Esquerda e com o Partido Socialista é que se conseguiu criar essa situação.
250. Hoje aparecem a falar do PART é como se estivessem uma grande responsabilidade sobre o tema, mas essa é uma situação que certamente já não se estaria presentemente a discutir se nos anos noventa, quando se iniciou toda essa questão de se proporcionar às populações, um passe de custos reduzidos, o PS ou o PSD tivessem votado favoravelmente na Assembleia da República essas propostas. Infelizmente não o fizeram e, como tal, hoje tem-se a presente situação.
251. Informa que se vai ausentar por questões de saúde, desejando boa noite e uma continuação de um bom trabalho a todos.
252. O **Presidente da Câmara Municipal** menciona que é só uma informação complementar e, uma vez que se está a discutir comboios e a importância que eles têm para Vendas Novas, atendendo à forma como se está a discutir o assunto que lhe parece séria e, de alguma forma, rigorosa gostava de ter ouvido, no presente dia na Assembleia Municipal, o PSD louvar a Câmara Municipal pelo primeiro passo dado, depois de décadas de ambição de Vendas Novas, estudada e aplicada a plataforma logística, aquilo que se ambiciona há tantas décadas para o Concelho, recordando-se que já na década de noventa, Vendas Novas defendia a localização na interceção da linha do Setil com a linha do Alentejo, da plataforma logística. Finalmente e depois também do compromisso do Senhor Ministro, foram dados os primeiros passos para que isso possa um dia a vir a ser possível, com a execução do estudo de viabilidade económica ou financeira da plataforma e de localização da mesma.
253. Menciona que, de alguma forma, gostava de dar essa informação à Assembleia Municipal, uma vez que foi matéria recente foi levada também à Câmara Municipal e foi já convertida em protocolo com a CP, no caso, com a IP, que é quem faz o estudo, o protocolo para que possam avançar com o primeiro passo dado em décadas de ambição para se ter essa plataforma em Vendas Novas, só em termos de informação complementar, já que se está a falar de comboios.

254. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não contava intervir mais, tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Câmara Municipal não contava e acabaram por intervir os dois.
255. Refere que a Bancada do PSD está de acordo com a questão da plataforma, sendo realmente algo importante para o Concelho de Vendas Novas, foi falado pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal, não sabendo se se recordam, quando foi apresentado um relatório relativamente à Revisão do PDM em que se haviam esquecido de a colocar lá.
256. Refere que não encontrou informação relativamente à plataforma na Informação à Atividade Municipal, não sabendo precisar se ela lá está ou não, sendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderá complementar a informação que tem estado a prestar à presente Assembleia Municipal.
257. Refere também, para esclarecimento, quando o PSD votou contra o PART na sua primeira versão, a justificação para o efeito foi precisamente as situações de assimetria e desigualdade que essa ia provocar e que se veio a verificar precisamente em Vendas Novas. O voto contra do PSD foi precisamente pelas situações de desigualdade que se viriam a verificar e isso está escrito, está em atas, está em declarações de voto e, está inclusive em notícias na comunicação social.
258. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha que não se atreveria a fazer um “filme” com a teoria da “conspiração” que acabou de enunciar presentemente, nem mesmo em relação ao Governo do Partido Socialista, porque é de tal forma rebuscada a desvalorização de uma empresa para a privatizar para um valor mais baixo para fazer mal às pessoas e ao Estado que acha que devemos ser sérios na abordagem que se faz a esse tipo de assuntos, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de apelar e muito bem.
259. Para rematar, referindo-se ao Senhor Presidente, afirma que não têm o tal e-mail com a síntese da reunião entre a CP e a CIMAC e esse é o motivo pelo qual voltaram a questionar porque passou quase um ano e continuam sem ter o tal e-mail, o tal comprovativo que solicitaram e não leve a mal o facto de o pedirem, porque não o receberam, não têm como comprovar a informação que requereram já há algum tempo.
260. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que, para rematar a questão, só para dar a informação ao Membro Ricardo Videira que não está na Atividade Municipal porque ela reporta até ao final do mês de agosto e isso já é informação de setembro, estando a dá-la por uma questão de consideração, de que tantas vezes o acusam, de não ter para com a Assembleia Municipal.
261. Agradece também, que sem o PSD em Vendas Novas não eram nada aparentemente. O PSD é que se lembra de tudo e coloca tudo na agenda do dia, recordando que a plataforma logística é uma ambição do Partido Socialista de Vendas Novas, da CDU, do PSD desde há duas décadas pelo menos.
262. É uma ambição de todos os Partidos, porque estão todos muito claros daquela que é a visão que precisamos para o Concelho e, relembra também que, não precisam do PSD para recordar isso, porque já com o Governo do Passos Coelho o pediam, continuam a pedir com o Governo de António Costa.
263. Esclarece que, no presente, já tiveram uma resposta favorável que é ser feito o estudo e que é o mais importante é que avance alguma coisa e refere que aqui não precisaram do Projeto de Resolução nenhum, o Governo acedeu e vai ser feito o Estudo da Viabilidade Económica ou Financeira e aquilo que esperam, mais importante que o estudo, é que ele revele que Vendas Novas tem, de facto, essas características únicas para acolher um investimento público de grande importância, não só para Vendas Novas como para toda a região. Uma plataforma não vai servir, obviamente, só Vendas Novas e esse é um dos argumentos de peso político que estão a usar para que ela seja feita em Vendas Novas.
264. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, refere que na próxima Assembleia Municipal, em princípio, integrará à Assembleia Municipal a informação que está a prestar, mas que o

está a dar, obviamente, por uma questão de consideração, por ser uma informação recente, mas que é importante para o tema que se está a debater.

265. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

8.º Ponto – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019 – AMGAP – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

266. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.

267. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que são obrigações legais que tem de dar conhecimento à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal das contas do ano transato, quer da AMGAP, quer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo pede permissão para abordar os dois.

268. Não tem grandes considerandos a fazer, são Relatórios que estão aprovados pelos Órgãos Oficiais das Associações e que refletem participações do Município em ambas as Associações.

269. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

9.º Ponto – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

270. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, referindo que o mesmo é só para conhecimento.

271. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

10.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

272. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para que seja feita a respetiva introdução.

273. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que no presente ponto não se vai focar em exclusivo em nada de muito concreto na Atividade Municipal, estando disponível para as perguntas.

274. Deixa só como informação a questão da Presidência Aberta que foi debatida no Período Antes da Ordem do Dia, no qual não tem participação, nem a Câmara Municipal, para dizer que ela decorre a pedido de muitos Municípios que sendo das Piçarras, da Landeira, não têm a possibilidade de vir a Vendas Novas para atendimento presencial que já voltaram a fazer e entendeu a Câmara Municipal e entendeu que devia voltar a deslocar-se até essas pessoas, obviamente, cumprindo todas as regras de segurança com o distanciamento, com a colocação de máscara e o atendimento é feito com uma pessoa apenas nos espaços onde decorre, garantindo que não colocam ninguém em risco, mas que as pessoas podem também e devem fazê-lo e podem ter acesso ao **Presidente da Câmara Municipal**.

275. Em relação à declaração de não dívida da empresa Extraoils, uma questão colocada pela **Membro Clarisse Fernandes**, aquando da atribuição do apoio em Assembleia Municipal, a empresa ainda não tinha iniciado a atividade, sendo pedido antes do início da atividade e por isso é que não o tinha. Naquela altura, a Unidade de Desenvolvimento ao Apoio Económico, onde trabalhava o **Dr. Daniel Pedreira** e o **César Florindo**, não tinham maneira de ter essa declaração porque a empresa não tinha ainda iniciado a atividade, só vindo a iniciar no ano de 2019, sendo por isso que ela não constava do processo porque não havia ainda.

276. Já não é possível para o processo porque o IMI já tinha sido isentado naquele período dos cinco anos em Assembleia Municipal, antes do início da laboração da empresa.

277. Dando o esclarecimento à Membro Clarisse Fernandes que àquela altura não havia atividade iniciada.
278. O Membro Ricardo Videira agradece a palavra. Começa pela intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que em relação às Presidências Abertas, a Bancada do PSD nada tem contra, a proximidade entre os Autarcas e os Cidadãos é importante, apenas registar que há uma diferença de critérios da realização de uma Assembleia Municipal presencial e as Presidências Abertas realizadas pela Câmara Municipal, sendo apenas isso que focaram na intervenção que fizeram, sem censurar e obviamente entendendo os motivos e entendendo que é necessário preservar as condições de segurança e de saúde e, certamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a sua equipa fará essas diligências.
279. Refere que fizeram uma intervenção Antes do Período da Ordem do Dia relativamente à questão ambiental e o Senhor Presidente da Câmara Municipal não podia intervir e não podem deixar de fazer uma segunda intervenção na presente fase, para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal possa efetivamente intervir e retorquir àquelas que são as observações que têm a fazer relativamente à forma como tem gerido o processo.
280. Menciona que o PSD tem procurado intervir e influenciar na medida das suas possibilidades em todos os fóruns políticos em que tem assento para que o presente assunto se possa resolver definitivamente e sobretudo, a favor de Vendas Novas e dos Vendasnovenses.
281. Questiona se a empresa Extraoils prevaricou, deve ser penalizada e, o PSD acompanha todas as diligências que possam ser movidas, desde que tenham sustentação técnica e legal adequada, para essa e para qualquer outra empresa ou entidade que prevarique em Vendas Novas. O presente problema arrasta-se há mais de um ano e a Câmara Municipal, na interpretação do PSD, tem tido algumas falhas, ou melhor, poderia ter otimizado a sua intervenção e feito algumas coisas de forma diferente.
282. Refere que, desde logo na comunicação, a Câmara Municipal não informou logo a população em tempo útil e quando o fez, em alguns momentos, houve falta de rigor na informação que foi prestada. A Câmara Municipal não informou os autarcas em tempo útil, nunca foi colocado um ponto sobre esse assunto tão importante numa ordem de trabalhos de uma Assembleia Municipal. Toda a informação que foi prestada à Assembleia Municipal foi “puxada a ferros” depois de requerimentos e perguntas por parte dos autarcas presentes.
283. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pede-lhe que, nesse ponto, permita que também a critique porque, enquanto Presidente do presente Órgão e, dada a importância que o tema tem, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal também deveria ter zelado para que o tema fosse debatido e escrutinado no presente fórum.
284. Menciona que a Câmara Municipal omitiu também parte dos problemas, sendo disse exemplo o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal saber da contaminação dos efluentes da descarga da ETAR há vários meses e de nunca o ter dito, nem à Assembleia Municipal e, pelo que se saiba, também não o terá dito na Câmara Municipal.
285. Uma segunda linha, a falta de envolvimento de todos os partidos políticos e da comunidade, conforme referiram na sua Moção inicialmente.
286. A Câmara Municipal só chamou os Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal, depois de tomar as decisões e, no ver da Bancada do PSD, apenas serviu para fingir uma abrangência e um envolvimento que nunca foi genuinamente procurado.
287. Após vários meses em silêncio, a Câmara Municipal só prestou informações à comunidade, às pessoas, depois de uma resposta do Ministro do Ambiente a uma pergunta do PSD e de sofrer pressão popular e de ter sido criado um movimento contra o mau cheiro em Vendas Novas.

288. Menciona as próprias fragilidades na condução do processo, a sustentação e argumentação que o Município fez, deveria na opinião da Bancada do PSD, ser mais robusta e documentada, sendo que esperam que seja suficiente e que não venha a comprometer os interesses da Autarquia.
289. A negligência na auscultação da população, como foram os casos das descargas nos efluentes da Estação Elevatória dos Campos da Rainha, também já faladas presentemente e das quais eram do conhecimento da Câmara Municipal e que não foi feito o devido acompanhamento.
290. O facto de não ter sido concluído o processo que foi iniciado em maio e que pressupunha a realização de uma auditoria que havia sido acordada em fevereiro, já sendo referida pela CDU, no ponto Antes da Ordem do Dia.
291. O apressar de decisões, depois de mais de um ano de marasmo, que deixa a ideia que tudo é precipitado depois da resposta do Ministro do Ambiente e da pressão popular e o facto da Câmara Municipal só questionar a AGDA sobre as descargas e a contaminação dos solos a jusante da ETAR, depois de interpelada pelo PSD, o que também não entendem.
292. Em termos de estratégia, não o podiam deixar de o dizer, a estratégia para o Parque Industrial, deixou-se atingir o limite da capacidade de processamento de efluentes para pensar em estratégias e investimentos e presentemente, anuncia-se a ETAR.
293. Refere que há lotes disponíveis no Parque Industrial, mas não há capacidade para processar efluentes de indústrias que se queiram fixar em Vendas Novas. Perdeu-se a atratividade.
294. Anuncia-se apressadamente a construção de uma ETAR, parece que está tudo a reagir em vez de se planear, deixando algumas perguntas em aberto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.
295. Questiona se a ETAR Industrial visa uma mudança de conceito no Parque Industrial. Pergunta com base em que estudos, em que estratégia e será dimensionada com que objetivos. Interroga sobre os custos operacionais quem é que os vai pagar, como é que a Câmara Municipal defende gerir isso, sendo questões muito complexas para ser anunciadas, sem serem votadas, sem ser preparadas, sem haver um estudo técnico para o efeito, mas está anunciado.
296. Dito isso, refere que reiteram disponibilidade para apoiar todas as diligências que venham a ser necessárias desde que haja sustentação técnica e legal e que permitam pôr termo ao problema de emissão de efluentes da Extraoils e de qualquer outra indústria ou entidade que poluem em Vendas Novas.
297. Coloca ao Senhor Presidente da Câmara Municipal as seguintes questões. Tendo sido estabelecido na reunião realizada no dia 5 de fevereiro de 2020, que seria realizada uma auditoria ao processo produtivo da fábrica Extraoils, porque é que a Câmara Municipal não o fez, porque é que não o indicou e porque é que emitiu essa informação quando prestou informações à população em agosto de 2020.
298. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal diretamente. Se tivesse solicitado a auditoria em fevereiro de 2020, considera que estaria hoje mais bem protegido técnico e legalmente, relativamente ao processo judicial agora movido pela fábrica Extraoils.
299. Menciona que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabia que a descarga da ETAR continha efluentes contaminados há vários meses, porque só depois de questionado pelo PSD questionou formalmente a AGDA relativamente ao facto e a eventuais soluções para monitorizar e descontaminar os solos a jusante dessa infraestrutura.
300. A **Membro Clarisse Fernandes** refere que gostaria de fazer uma pergunta direta em relação a uma situação que se passou e que se está a passar na Rua António Coelho de Oliveira/Rua dos Bombeiros Voluntários.

301. Refere que lhe aconteceu no seu estabelecimento e andou a ver e foram várias as pessoas que se queixaram com baratas. Por sua iniciativa, pediu uma desinfestação ao seu estabelecimento e comunicou o mesmo à Câmara Municipal de Vendas Novas o sucedido, onde lhe foi solicitado os seus dados para ser solicitada uma desinfestação à zona, pelo que questiona se esse é o procedimento normal ou de vez enquanto, não sabendo com que rotina, serão feitas desinfestações nas várias zonas de Vendas Novas.
302. Refere que outra coisa que a incomoda muito, tem a ver com a limpeza dos contentores e ecopontos estão quase sempre cheios, havendo contentores sem tampa, contentores cheios que as pessoas querem pôr o lixo e não conseguem, sendo que tem o cuidado de quando o veem cheio, ir pôr o lixo em outro que esteja vazio, sendo que a maior parte das pessoas não está para isso, agarrando nos sacos do lixo e coloca-os ao lado, sendo isso mau para todos, para o ambiente, para a saúde pública, sendo o que pensa na sua modesta opinião.
303. Menciona que na Praça 7 de Setembro o ecoponto é raro o dia em que se queira depositar coisas, que os mesmos não estejam a abarrotar, sendo poucos terá que se agendar mais para agilizar de forma a haver mais ecopontos ou então haver retiradas de lixo mais frequentemente.
304. Refere que foi ao Jardim Público, o ex-líbris de Vendas Novas, sendo sincera, deu-lhe vontade de chorar, sendo que o lago está imundo, nunca tendo visto o lago de Vendas Novas tão sujo, talvez porque vai lá pouca vez, sendo possivelmente esse o mal. A relva não está cuidada, as árvores não estão bonitas, sendo que o jardim no preciso momento está feio, sendo que, vale o que vale, sendo a opinião de uma pessoa, a sua opinião.
305. Outra questão que a incomoda bastante, a entrada para o serviço da Segurança Social de Vendas Novas, estando-se a chegar a uma altura em que chove, faz frio, faz vento. Existem três funcionárias e tem de lhe “tirar o chapéu”, espetaculares e não têm qualquer problema em vir atender as pessoas de cadeira de rodas à rua. Vê isso acontecer porque vai muitas vezes ao serviço devido à sua profissão e vê-as, sem quaisquer problemas, virem atender as pessoas de cadeiras de roda à rua. Referindo que isso não é sistema, sendo que há anos que se prolonga, sendo que se tem de arranjar uma situação para se resolver esse problema. As pessoas têm de ter condições, quer os que estão a trabalhar, quer as que estão a ser atendidas, não sendo justo, todos pagam os impostos de igual forma, porque é que quem não tem condições de andar melhor ou por estar agarrado a uma cadeira de rodas, tem de ser atendido de maneira diferente.
306. A **Membro Maria João Luz** menciona que, ainda sobre o parecer jurídico da empresa Extraoils refere que há qualquer coisa que não bate certo, sendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de dizer que não foi possível as declarações, porque a empresa tinha acabado de iniciar ou, ainda não tinha iniciado a atividade, só que no segundo ponto diz: “a isenção ficará condicionada à apresentação dos documentos em falta, designadamente, a declaração de não dívida ao estado, a certidão permanente atualizada e a declaração de início de atividade. Ora, se eles não puderam apresentar, não podiam ter sido contemplados com a isenção do pagamento do IMT, havendo algo que não está a bater certo.
307. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Agradece a intervenção do **Membro Ricardo Videira**, da **Membro Clárisse Fernandes** e da **Membro Maria João Luz** pelas questões que colocaram.
308. Em primeiro lugar, sobre as observações de carácter político feitas pelo **Membro Ricardo Videira** vai-se abster de entrar em debate, sendo isso trabalho das Bancadas, estando presente para prestar informações à Assembleia Municipal no presente ponto.
309. De forma muito clara, refere que infelizmente no presente processo e já o assumiu publicamente, até no momento mais importante do ano político que é o discurso do 7 de setembro, cometeram erros por inexperiência, porque não tinham conhecimento dessa matéria, de facto, por ser a primeira vez em muitos anos de existência do Parque Industrial que acontece uma situação dessas, porque nunca tinha havido nenhuma contaminação até ao presente.

310. Saltando essa parte, porque já o tinha feito e não lhe custa nada fazê-lo com a humildade que tem de reconhecer que não é especialista nessa matéria, nenhum dos elementos do seu gabinete o é e, mesmo na Câmara Municipal de Vendas Novas, não têm ninguém com conhecimento técnico suficiente para isso, daí se ter recorrido também a algum apoio externo, nomeadamente, à AGDA que tem esse know how, tendo na sua estrutura, técnicos especializados para esse efeito.
311. Dizerem que, ao longo do processo, a questão da comunicação foi feita com as populações no ano de 2019 ainda em reuniões, da Afeiteira e Bombel, sendo público, foram divulgadas e as próprias Associações de Moradores promoveram essas reuniões, mas também já em janeiro ou fevereiro de 2020, foi feita uma nova sessão em Bombel para esse efeito e é verdade que não comunicaram ao longo dos últimos meses, por um motivo muito simples, por estar a decorrer um processo de pré-contencioso, como perceberam rapidamente, após o incumprimento de 31 de janeiro.
312. Sendo-lhes recomendado, obviamente, juridicamente que não o fizessem sem ter o processo instruído, coisa que veio a acontecer a 22 de maio, onde há declarações públicas do Presidente da Câmara Municipal para a rádio sobre esse processo que veio à Câmara Municipal para decisão da suspensão da licença de emissão para o coletor público e nesse caso concreto, comunicaram única e exclusivamente quando lhes indicaram juridicamente que o deveriam fazer.
313. Quando estão a recolher provas, se comunicarem de alguma forma que isso está a ser feito, pode haver alterações comportamentais que levem a que essa prova não se consiga realizar e isso aconteceu, como todos sabem, pelas atas que foram entregues e também não tinham nenhuma informação nos meses subsequentes ao incumprimento verificado e ao acordo que não foi cumprido.
314. Respondendo à segunda questão, o acordo não foi cumprido, a empresa não cumpriu vários pontos que estabeleceu com a Câmara Municipal e com a AGDA, sendo que a auditoria não foi realizada desde fevereiro, porque o acordo caiu no mês seguinte quando tiveram as análises da continuidade do problema na empresa. A empresa assumia o acordo com a Câmara Municipal e um dos pontos era não voltar a prevaricar nas suas emissões de águas residuais industriais.
315. Isso não se verificou, caindo por terra um acordo estabelecido a três entidades. Não havendo mais nenhuma consequência a partir desse momento em relação a esse acordo. Há depois as colheitas que decorrem e há a decisão da Câmara Municipal com a prova de que se mantinha o problema.
316. Refere que nesse ponto não houve nem negligência, nem houve omissão de informação, não havendo mais do que aquilo que era a obrigação de um responsável de uma entidade pública que está a apostar em resolver o problema, que tentou primeiro a bem, como acharam que o deviam fazer e, disso não se arrepende, porque qualquer outra empresa que venha a ter problemas em Vendas Novas, tentarão sempre resolver a bem, porque são uma cidade de empresas, um Concelho de empresas, mas também são um Concelho que deve encontrar soluções para os problemas que as empresas têm. Não se arrepende do tempo perdido e foram seis meses que deram de prazo para a regularização e cumprimento por parte da empresa.
317. Atestado, comprovado e provado e está a utilizar termos que são jurídicos que se mantinha a infração ao Regulamento em vigor, foi levado à reunião de Câmara Municipal para decisão da suspensão da licença.
318. Refere que decorreu depois o prazo de resposta da empresa. Por lei, tem direito a uma resposta que chegou praticamente um mês depois. No final do mês de junho, chega a resposta da empresa e é feito um parecer técnico, primeiro sobre a resposta da empresa e depois um parecer jurídico.
319. O parecer jurídico apontava várias coisas, uma delas era que eles tinham direito como elemento de prova e de defesa à realização da auditoria, porque ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, foi o elemento de prova que eles escolhem para que, de alguma forma, a Câmara Municipal os poder sancionar de forma definitiva.

320. Refere que já o disse na Câmara Municipal e não é surpresa, ainda bem que esse parecer não teve consequências, ainda bem que tiveram o bom senso de perceber o que era isso da auditoria e quantos meses levava, porque em fevereiro tinham abandonado esse processo e abandonavam com a noção que estavam sem acordo com a empresa. Não havendo acordo, avança-se para pré-contencioso com a empresa.
321. Menciona que esse acordo não foi feito porque a empresa não cumpriu o Regulamento em fevereiro e agora exigiam como elemento de prova a auditoria. Quando receberam o prazo para a execução da auditoria ainda bem que não deram consequência ao parecer jurídico do início de julho, porque se o tivessem feito não era possível considerar esse parecer inconsequente e foi isso que permitiu ao jurista, consultor jurídico da Câmara Municipal, dar um novo parecer porque não houve consequência do primeiro, sendo que o fizeram por cautela e, ainda bem que o fizeram porque isso permitiu a 2 de setembro fechar o coletor, suspender a licença de forma definitiva, porque após a notificação da empresa, têm também análises que o problema se mantinha no mês de junho.
322. Os dois elementos que os levam a poder tomar uma decisão são o continuado problema de emissões fora dos parâmetros regulamentares e uma auditoria que é pedida e que demora entre cinco a seis meses e não podem esperar por ela, porque o problema tinha que se manter enquanto se esperava por ela.
323. É então que esse segundo parecer vem a reunião de Câmara dia 2 e com a decisão definitiva aí sim, podiam comunicar e até já o reconheceu em reunião de Câmara Municipal, não sendo muito elegantes para com os Senhores Vereadores da oposição, João Teresa Ribeiro e Maria Emília Paulino, que souberam antes da decisão que iriam propôr essa decisão, mas já tinham tudo, tinham a prova, tinham os pareceres e foi possível tomar essa decisão.
324. O processo encontra-se agora numa fase terciária, não depende exclusivamente da Câmara Municipal de Vendas Novas, depende dos tribunais. Mas a verdade é que em duas semanas com o coletor fechado foi possível recuperar a primeira lagoa da ETAR a 100%, com prova visual e análises feitas pela AGDA, estando recuperada a primeira lagoa, sendo visível a olho nu e, iniciou-se a recuperação da segunda lagoa da ETAR.
325. O que não tem solução, solucionado está e permita-lhe dizer isso, porque não há solução para as descargas dos efluentes que estão a sair da própria ETAR. A solução passa pelo fecho da origem do problema, porque eles têm que ir para algum lado, Vendas Novas não vive, nem subsiste sem esgotos.
326. Refere que as descargas eram conhecidas da primeira vez, havendo entretendo uma melhoria, porque as lagoas recuperaram e a ETAR recuperou como todos se recordam, no final do ano passado, início do presente ano, até por ação direta das chuvas, por exemplo, ajudam a acelerar o processo de recuperação da ETAR, o que é normal, é um processo biológico que acontece e voltou a haver contaminação e voltou a haver descargas de seguida.
327. Refere que não há grande falha processual, embora fossem e reconhece isso, inexperientes perante um processo desses, mas a assessoria que tiveram e permitam-lhe o dizer e reconhecer da parte da AGDA com os seus técnicos foi total, as soluções e caminho técnico da análise química do que estava a sair dos esgotos foi extraordinária por parte da empresa e sim perderam muito tempo e isso já o reconheceu publicamente, perderam muito tempo porque se fiaram que era possível resolver essa situação.
328. A questão da ETAR e do futuro, o Membro Ricardo Videira faz uma análise um pouco abusiva do Parque Industrial. O Parque Industrial não chegou ao limite da sua capacidade. As águas residuais que são colhidas no Parque Industrial têm é de cumprir o Regulamento e se as empresas cumprirem o Regulamento não tinham sequer de fazer a ETAR no Parque Industrial, por isso é que ela não o tem, porque há um Regulamento em vigor que determina que as empresas só têm de cumprir.
329. Agora ter uma ETAR e, pelos menos é essa a ótica política do Executivo, a decisão da construção da ETAR vai servir como filtro castrador. Vai permitir que, em caso de problema, como o que se está a

viver, não se tenha de mandar para a ETAR de Bombel efluentes contaminados, vai permitir ter uma ação corretiva sobre as águas residuais industriais e na origem, resolver a situação.

330. No momento estão a fazer o que o Membro Ricardo Videira disse, estão a avaliar o tipo de efluentes de que já tem dados de algumas empresas do Parque Industrial, que tipo de afluentes é que têm, que tipo de estação de pré-tratamento é que vão ter, porque existem muitos tipos, como se sabe.
331. A primeira questão é analisar o Parque Industrial e analisar o futuro do Parque Industrial, que tipo de empresas se perspetivam, que tipo de efluentes se perspetivam e têm essa visão, porque têm a procura e ao contrário do que o Membro Ricardo Videira disse o Parque Industrial não perdeu atratividade nenhuma, continua com muita procura e continuam com negócios de compra de lotes e processos de empresas para virem para Vendas Novas. O Parque Industrial não parou nem vai parar. A ETAR vai servir como upgrade do Parque Industrial de Vendas Nova, um upgrade que deveria ter desde origem, porque da mesma altura, há outros parques que já possuíam essas estações e serviam única e exclusivamente e volta a referir isso, serviam para pré-tratar em situações de anormalidade, em não cumprimento do Regulamento Municipal.
332. Menciona que é necessário e há problemas que impulsionam a fazer mais, é necessário criar um regulamento específico para o Parque Industrial em matéria de fornecimento de água e de gestão de águas residuais e disso não tem a menor dúvida. Há trabalho que não fariam se não tivessem problemas, porque nunca tiveram problemas e porque nenhuma Câmara Municipal que tem um Parque Industrial, mencionando Montemor-o-Novo e Évora, tem isso, até ao dia em que tiver o primeiro problema, porque aí vai querer ter isso.
333. A estação de tratamento de águas residuais industriais, pré-tratamento que será uma ressalva para o caso de haver problemas no futuro, sendo certo que também as tipologias do sistema de referenciação industrial já definem que indústrias é que têm de ter ETARS, de que tipo e para quê. Esse é um trabalho que não podem deixar de frisar que a origem do problema não está na Câmara Municipal. A Câmara Municipal recebe um problema que entrega em Bombel, sendo isso um facto e atuou.
334. Em relação às questões da Membro Clarisse Fernandes, a questão das baratas e a questão da desinfestação que se costuma fazer, refere que costumam fazer por norma duas por ano, sendo normal que pontualmente e em zonas diferentes da cidade e isso tem acontecido todos anos desde que está na Câmara Municipal, que se note um maior numero de espécimes, quer de baratas, quer de ratos ou ratazanas, que também é altura delas, sendo que os serviços municipais estão preparados para fazer intervenções pontuais como essa que lhe foi indicada.
335. Menciona que além das regulares, fazem depois intervenções de fundo em zonas específicas onde se tenha detetado, porque por acaso, em Vendas Novas, existindo já três zonas identificadas onde está a acontecer a permanência do problema, sendo um procedimento normal e o que lhe pediram, a forma de o fazer normal.
336. A questões dos contentores, refere que não pode estar mais de acordo. A produção de lixo em Vendas Novas tem vindo a aumentar, em Vendas Novas e não só, está a aumentar de forma gradual ao longo dos anos, sendo que todos os anos têm aumentado a recolha de resíduos sólidos urbanos, mas também de reciclagem felizmente, embora a reciclagem não seja com a Câmara Municipal diretamente, têm, em relação ao que disse no 7 de setembro, das baterias dos ecopontos estarem sempre cheias, são limpas e pouco tempo depois já estão cheias novamente, havendo ali comércio é normal que isso aconteça, sendo um bom sinal de que as pessoas reciclam.
337. Menciona que têm feito sucessivos pedidos à Gesamb, empresa que gere o sistema de reciclagem do distrito de Évora e, a verdade é que a Gesamb, até ao momento, não deu resposta por um motivo muito simples. Eles têm uma métrica de ecopontos por mínimo de moradores e Vendas Novas é um dos Municípios que está acima da média do distrito de Évora, sendo que temos mais baterias que a maioria dos Concelhos e isso não os satisfaz nada, não ficam nada satisfeitos com a situação e querem mais, havendo localizações do Concelho que não têm ainda ecopontos.

338. Menciona que Bombel não pode ter só um ecoponto, não faz sentido. A Afeiteira está a ter um crescimento populacional muito significativo, tem de ter mais baterias de ecopontos, sendo que nisso estão totalmente de acordo e têm feito pressão para que isso aconteça e refere que, sem grande eficácia, porque a Gesamb tem números, tem um acordo assinado com a Cimac e está a cumprir, sendo um acordo que carece de revisão.
339. Refere que o mais que pode fazer é pedir a revisão desse acordo na próxima reunião do Conselho Intermunicipal no mês de outubro em que vão ter uma nova reunião, pedir para que seja refeito o acordo, porque de facto os padrões que têm são os que são definidos no acordo e eles estão a ser cumpridos. A Gesamb acha que não tem de pôr mais nada no Concelho, sendo que têm até a mais do que deveria ter.
340. A questão do Jardim Público, menciona duas coisas, a primeira é a cor do lago, a cor da água é uma coisa, o lixo a flutuar na água é outra, sendo questões diferentes. O lago não tem fundo, é um lago natural e biológico, há água verde em Vendas Novas, em Versalhes, em qualquer lago tipicamente natural tem água verde, não é pela cor da água, porque a água tem essa cor devido aos peixes, devido aos patos, devido à biodiversidade que ali existe, como qualquer barragem, como qualquer represa.
341. A questão coloca-se no lixo e esse é um problema que não conseguem resolver, porque desde plásticos diariamente, o espelho de água é limpo com recurso a um camaroeiro pelos funcionários da Câmara Municipal e é degradante ver que se recolhe de manhã, à tarde está igual e não podem ter um funcionário a tempo a inteiro a limpar o lago para tirar aquilo.
342. Menciona que não sabe como é que resolve, mas é uma dominante que sempre viu naquele jardim, o lago sempre teve zonas em que o lixo se acumulava e sempre vai acumulando. A questão é mais operacionais, eventualmente, para se limpar mais vezes ao longo do dia, talvez. A Câmara Municipal, desde que chegaram à Câmara Municipal tem cinco jardineiros e têm-se aumentado as zonas verdes. Está aberto um concurso público, como é do conhecimento, para contratar mais um jardineiro, mas de facto isso é um problema.
343. Esclarece que o jardim, nas últimas três semanas, foi alvo de uma intervenção de fundo. Foram lavados todos os muros e pintados, os muretes todos que estavam grafitados, os bancos, foi tudo lavado e pintado, os arbustos foram podados porque já caíram as primeiras chuvas, já se pode fazer a manutenção típica do outono e já começaram a fazer as podas dos arbustos. A relva está aparadíssima no presente e a única coisa que eventualmente falta fazer naquele jardim e que está previsto, é a manutenção dos caminhos e isso vai ser feito atualmente, com a colocação de pó de pedra para que não crie lama quando chove que é um dos problemas do jardim.
344. No que toca à relva refere que tiveram, nas últimas três semanas, três dos jardineiros juntos lá e é de facto um aumento muito significativo da permanência deles. Se estão a fazer bem o trabalho ou não, pode indagar, pois esteve no jardim na sexta-feira passada a fazer um ponto de situação com os responsáveis de serviço e viu o trabalho que foi pedido, nomeadamente as ilhas do lago, tinham arbustos e um silvado enorme, estão todas aparadas, tudo limpo, não sabendo se a Membro Clarisse Fernandes viu o antes e viu o depois, mas é bem notório o trabalho executado e são três semanas de trabalho em contínuo de três operacionais.
345. Menciona que os funcionários estão a fazer grande um esforço e não se pode esquecer que em março parou-se tudo, foi tudo para casa e a seguir voltou-se a meio gás: metade da equipa dos cinco, quinze dias tinha-se dois, os outros quinze dias tinham três. É normal e o Senhor Vereador João Teresa Ribeiro disse isso várias vezes na reunião de Câmara Municipal, que perante o atual cenário é normal que as coisas não fiquem como é hábito e vão-se degradando, usando até uma expressão engraçada que é “neste momento ninguém condenará os buracos nas ruas, mas é normal que os haja”. Tiveram, de facto, uma quebra no serviço operacional, de março a julho, e nesse período ninguém gozou férias. Foi impossível os operacionais da Câmara Municipal gozarem férias, porque tinham metade da equipa durante quinze dias e a outra metade na outra, não gozaram as férias, estão a gozar férias em agosto e em setembro.

346. Menciona que houve alterações ao funcionamento regular da Câmara Municipal que afetaram de forma muito significativa o serviço regular que prestam, mas está no momento a ser posto em dia, referindo que confia muito naqueles homens e naquelas mulheres para fazerem o melhor, para que muito em breve se tenha a situação regularizada e o jardim e, permitam-lhe dizer isso, não parece o mesmo que há três semanas quando o visitou. Ainda falta muita coisa, claro que falta muito. É um espaço muito nobre que carece de muito mais de mão-de-obra do que aquilo que tem tido e, isso será assumido.
347. A questão da entrada para a Segurança Social foi um dos problemas levantados na Assembleia Municipal em anos anteriores, foi reportado à Segurança Social e ao proprietário, não nos podemos esquecer que se está a falar de um edifício que não é do Município e de um serviço público que não é gerido pela Câmara Municipal e foram colocadas em contato as duas entidades e não houve acordo entre as duas entidades para fazerem aquilo.
348. A Câmara Municipal chegou inclusive a disponibilizar-se para ceder o material para fazer a obra e a obra não está feita. É um facto e é uma vergonha nos dias de hoje aquela acessibilidade não estar feita, aliás, foi aprovada por unanimidade, na Assembleia Municipal e teve consequência direta com contatos do Executivo com a Casa do Povo e com a Segurança Social Distrital de Évora. Não é aceitável e não caiu no esquecimento, têm vindo a reforçar sucessivamente e espera que se chegue a um acordo até com a Câmara Municipal a oferecer os materiais, estando a falar da mão-de-obra, sendo apenas isso que falta. A Casa do Povo diz que não tem de pagar e percebe, a Casa do Povo e a Segurança Social diz que o edifício está arrendado, pagam uma renda e tem-se presentemente um diferendo.
349. Menciona que têm tentado mediar a situação, não tendo sido muito fácil também, mas é a informação que tem.
350. **A Presidente da Assembleia Municipal** interrompe referindo que tem de se votar o prolongamento por mais 60 minutos, questionando se alguém se opõe.
351. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.**
352. Em relação à questão colocada pela Membro Maria João Luz refere que pode confirmar com os serviços se eles entregaram à posteriori ou não. Na altura não podiam entregar porque não tinha essas declarações não, tinham atividade aberta. O condicionalismo da isenção era mediante a entrega, por isso presume que os técnicos receberam os documentos. Pode indagar se os têm ou não, mas havendo esse condicionalismo, está em querer que são responsáveis o suficiente para saber que têm que os ter, por isso espera que sim, não o tendo confirmado até à presente data da reunião, confirmará a seguir.
353. **A Membro Clarisse Fernandes** refere que não quer, de maneira nenhuma, que fique a parecer que está a achar que os trabalhadores fizeram mal o serviço, que não é nada disso. O que quer e quer reforçar e o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a dizer que a relva está completamente aparada, não o está, que esteve no dia anterior à tarde, não o está, havendo cantos onde a relva não está aparada, mas com isso não está a dizer que eles não trabalharam bem ou deixaram de trabalhar, sendo que é visível a falta de pessoal possivelmente, não vai dizer que não há.
354. Em relação à entrada para a Segurança Social, pensa que enquanto Presidente de todos e que considera o seu Presidente e de todos os Vendasnovenses, referindo que é das que considera “é o meu Presidente” para todos os dias e para todos os assuntos, por isso pensa que se deveria reforçar o direito e com quem de direito e fazer barulho e se necessário “bater o pé” para que quem tem obrigação, faça a reparação daquele sítio porque isso arrasta-se há anos, não é há cinco, há seis ou há oito, é há muito mais e sabe disso.
355. Mas também não se pode estar eternamente a dizer “que está mal e que vai continuar a estar mal porque está mal e não é da nossa responsabilidade”. Enquanto Vendasnovenses têm de continuar a pedir e continua a dizer, não é só para quem é atendido, mas também para as próprias funcionárias.

356. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Obviamente que vai tentar fazer todos os esclarecimentos no tempo mais breve possível, mas a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não levará a mal, se levar mais que essa hora e o desejo não seja cumprido, se houver mais questões para esclarecer.
357. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, entendem que vai ser difícil de chegar a um consenso relativamente à questão ambiental, porque as divergências são no princípio. O Presidente de Câmara não tem de saber de tudo e os técnicos do Município também não, mas tem de saber que quando o problema ultrapassa as suas capacidades e as suas aptidões, tem de se rodear dos técnicos que tenham essas mesmas capacidades e aptidões para os resolver e é aí a grande falha do líder, o Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, é não se ter rodeado imediatamente de pessoas com competências para resolver o assunto e aí evitar cometer os erros que tão bem acabou de os assumir.
358. Refere que a Assembleia Municipal é um órgão que existe para escrutinar o trabalho da Câmara Municipal e se a Câmara Municipal omite informação no presente Órgão, algo não está correto, pode eventualmente facultar informação e pedir e garantir sigilo, a informação pode ser consultada na Câmara Municipal, por exemplo, mas ela tem de ser facultada aos autarcas para que estes possam cumprir o seu papel.
359. Recorda o Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em fevereiro do corrente ano e consta da ata de 28 de fevereiro de 2020 que, e passa a citar “informa que desde a última Assembleia Municipal até ao presente o problema ficou resolvido,” ou seja, a 28 de fevereiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizia o problema ficou resolvido, ou seja, a empresa corrigiu aquelas que eram as suas não inconformidades identificadas que estavam a criar problema, fizeram a parte deles e a AGDA iniciou o processo de recuperação das lagoas e deu o dia 15 de janeiro como concluído o processo em duas lagoas, duas lagoas recuperadas a 100%. No presente dia tem-se uma e é sensivelmente que o problema foi dado como inexistente e ainda assim continua no futuro.
360. Foi feito obviamente um trabalho de casa com boa fé, que deve caracterizar numa Câmara Municipal, tudo aquilo que o Senhor Presidente acabou de repetir presentemente. No fundo, tem dificuldade em aceitar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diga que de fevereiro a maio estava a preparar um processo, quando no dia 28 de fevereiro lhe disse a si, sentado numa Assembleia Municipal, que o procedimento estava resolvido.
361. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal em que situação ficam. A informação prestada à Assembleia Municipal, sendo a segunda vez na mesma Assembleia Municipal que estão a citar reuniões passadas e que a informação não bate certo.
362. Se existiam descargas de efluentes da ETAR, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz e muito bem, que o problema era na origem e não na ETAR, se essas descargas tinham parâmetros anómalos, que contaminavam os solos, que prejudicavam produções agrícolas e animais eventualmente, questiona porque é que essa informação não foi dada conhecimento à Assembleia Municipal.
363. Que tipo de acompanhamento fez a Câmara Municipal no período subsequente, que tipo de monitorização, acompanhar os proprietários, informaram-nos das águas que estavam a descarregar nas terras deles, fizeram sondagens nos solos deles, os quais são utilizados para fins agrícolas ou simplesmente esperaram que o PSD fizesse um Requerimento para o fazer. Sendo essa a competência que é exigida à Câmara Municipal; defender a população e as pessoas que são donas daqueles terrenos, são pessoas de Vendas Novas, as pessoas que também consomem produtos daqueles terrenos também são pessoas de Vendas Novas.
364. É preciso haver uma ação da parte da Câmara Municipal para defender esses interesses. Mas mais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu à pergunta que a Bancada do PSD lhe fez, relativamente à tal auditoria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal achou que não fazia falta e que consta de um acordo assinado com a empresa e com a AGDA, a pergunta que lhe fizeram foi “se a

tivesse feito, se estaria ou não hoje em melhores condições para enfrentar o processo legal e com uma maior sustentação técnica e legal para o fazer.

365. Ainda aproveitando o ensejo da intervenção relativamente ao lixo, também dizer que a intervenção que fez presentemente, não é muito compatível com aquela que fez na última Assembleia Municipal relativamente à questão do lixo. Não sabe se o Senhor Presidente da Câmara Municipal se recorda, que na última Assembleia Municipal fez toda uma intervenção em que dizia que “primeiro aumentaram os meios e agora vamos iniciar ações punitivas em relação ao não cumprimento das questões do lixo. Sendo que agora lhe pareceu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a assumir que afinal os meios não são suficientes e aí talvez tenham um acordo, não sabe, mas parece-lhe realmente que os meios que no presente estão a funcionar em Vendas Novas não são suficientes e quem utiliza os serviços da Câmara Municipal, quem vive em Vendas Novas, consegue perceber isso naturalmente.
366. Refere que fica com as presentes questões e voltará a intervir, na sequência do Senhor Presidente.
367. **A Presidente da Assembleia Municipal** informa o Membro Ricardo Videira que tem todo o tempo do mundo.
368. **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere já atendendo à história da presente Assembleia Municipal, vai ter que ter mesmo muita paciência.
369. Em relação às questões colocadas pelo Membro Ricardo Videira é incrível como consegue errar em toda a linha. A primeira no consenso, referindo que nunca procurou consenso com o PSD, aliás afastasse de algumas posições do PSD felizmente e, é por isso que são diferentes, é por isso que a discussão é tão boa e, portanto, de alguma forma esse consenso se o procurasse não estaria onde está nos dias de hoje.
370. Segunda questão em relação aos técnicos, refere que estão munidos dos técnicos desde a primeira hora, tomam as decisões em função da informação que têm e que é boa, ou seja, identificaram o problema logo assim que ele surgiu. A empresa abriu num mês e no mês seguinte tinham logo a informação de onde era o problema e, portanto, deram um prazo e acompanharam a empresa para o resolver e isso acha que não fizeram mal, apesar de terem perdido tempo. Mas não o fizeram mal, porque o fariam novamente, já o referiu, não com a informação que tem presentemente, sabendo que se agiam de má fé de um lado, não o fariam igual, agora com a informação que tinham na altura, garantidamente, enquanto Presidente da Câmara Municipal, um qualquer outro Presidente da Câmara Municipal tinha essa obrigação de tentar ajudar a resolver uma situação de uma empresa.
371. De forma muito aberta, com a informação que tinham naquela altura, não tem dúvida nenhuma e com os técnicos de que se muniram desde a primeira hora, não disse que só tiveram apoio técnico mais tarde, foi desde a primeira hora.
372. Menciona que o Sepna, APA e AGDA estiveram com a Câmara, portanto, é uma ilusão achar que a Câmara Municipal não se muniu imediatamente das instâncias em quem se podia apoiar para lhes dar aquilo que não tinha. Pede desculpa, mas não o julguem mal, pode até não concordar, mas isso é para o Membro Ricardo Videira, não é para si, não o julguem é mal.
373. A terceira questão do dia 28 de fevereiro da Assembleia Municipal, menciona que o Membro Ricardo Videira é engenheiro civil de formação, refere que não é engenheiro de formação. As análises que são colhidas no coletor levam entre um mês e um mês e meio a chegar, a 31 de janeiro, prazo dado à empresa para a resolução, tinham uma informação, a ETAR está efetivamente a recuperar, como o frisou na Assembleia de 28 de fevereiro, em como tinham duas lagoas recuperadas a 100% e a terceira em fase de recuperação. A 28 de fevereiro não tinha novas análises, mas elas foram feitas no início do mês logo, porque não se podiam fiar só na boa fé, queriam garantir que a partir do dia 31 estavam efetivamente a ser cumpridos os parâmetros, só que essa análise só chega um mês e meio depois e na Assembleia Municipal não tinha essa informação para dar.

374. Refere que para o Executivo, na Assembleia Municipal, estava a ser cumprido, porque não tinham outra informação, as lagoas estavam a recuperar, não tinham o resultado das novas análises que já tinham mandado fazer por precaução e deixem que o refira, as análises chegam muito mais tarde, porque em março o país parou, as empresas com quem trabalhavam sobre isto pararam em março e em março não tiveram colheitas e os resultados chegaram e quando os tiveram tomaram decisões, sendo que não o aceita também porque não corresponde à verdade que tenha dado informação de alguma forma com alguma segunda intenção de enganar os Membros da Assembleia Municipal, não é verdade, deu a informação que a 28 de fevereiro tinha, de que não havia contaminação àquela altura e ainda estava a recuperar.
375. A quarta questão que coloca dos contactos com os proprietários, essa responsabilidade não é da Câmara Municipal e foi feita pela AGDA segundo a informação dada. A responsabilidade de contacto não é do Executivo, referindo que é feito um telefonema para a Câmara Municipal a alertar para o problema pelo proprietário com alguns animais até doentes e é feito um contacto telefónico com o Presidente da AGDA que haveria depois de falar com o Senhor, sendo que essa responsabilidade foi empurrada para quem de direito e até, se houver direito a indemnizações a pagar, a AGDA assumiu que o faria, consigo. Se houver direito a indemnizações por animais mortos, pensa que não venha a acontecer, estavam doentes, mas não morreram, tinha que a AGDA pagar, a responsabilidade é deles, ainda que possa imputar mais tarde à Câmara Municipal e a Câmara Municipal à Extraoils, mas a questão é simples.
376. Quinta questão, o acordo de fevereiro caiu e caindo o acordo de fevereiro, não tinham sequer autorização da empresa para lá entrar, como é que realizavam uma auditoria sem esse acordo. A Câmara Municipal entrou como disse e vai voltar a frisar, em pré-contencioso, delineou uma estratégia jurídica, para chegar à decisão quando viu que não estavam a cumprir novamente e questiona como se pede a uma empresa para entrar lá, quando se está em pré-contencioso, se nunca mais houve conversa sequer direta entre a administração da empresa e a Câmara Municipal politicamente, só houve juridicamente, como tem que haver, quando se entra em fase pré-contencioso, já não são os políticos, administradores ou eleitos que fazem contatos, são os advogados.
377. A resposta simples é não, não porque não conseguiriam ter essa auditoria feita naquela altura. No presente momento, com a resposta que levarão a tribunal, farão a auditoria, se a empresa assim o entender e se o tribunal assim o determinar e pensa que, no presente momento, perante o que está a acontecer, acredita que o processo e, até pelo que tem visto ultimamente, vai correr bem, mas não se fica pelo que acha, a estratégia que está a ser delineada e aplicada, é uma estratégia juridicamente acompanhada e tecnicamente acompanhada e, portanto, o que acham ou deixam de achar, não é factual e só se agarra ao que é factual.
378. A questão do lixo e da falta de meios, refere que efetivamente, a fase dos meios passou. Vendas Novas teve um investimento muito significativo na área da higiene e limpeza urbana com a contratação de mais operacionais, com mais dois camiões do lixo novos, com mais contentores e renovação de contentores que têm feito gradualmente, com a lavagem que foi feita em julho e agora será feita em outubro, com mais periodicidade para que não cheirem tão mal os contentores, sendo que, no presente momento, entraram numa fase diferente em que a ação punitiva tem de acompanhar a fase pós-sensibilização, pós informação e pós ampliação de meios.
379. A fase punitiva do infrator, é como em qualquer outra área, sendo que a GNR está a identificar, de facto, infratores que o estão a fazer. A Câmara Municipal estará obviamente a autuar e informar, de alguma forma, as pessoas, como não o pode deixar de fazer. A Câmara Municipal, a GNR em relação ao código da estrada, qualquer entidade fiscalizadora tem essa obrigação e a GNR está, de facto, a fazer esse trabalho, não sabendo precisar até ao momento, quantos autos chegaram à Câmara Municipal.
380. O primeiro foi logo até com a informação que deu na última Assembleia Municipal, que já se tinha iniciado essa fase e isso está a acontecer.

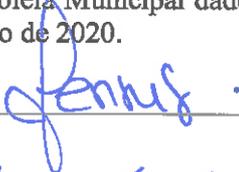
381. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que continua sem perceber porque é que não se mandou fazer a auditoria se está a dizer que em fevereiro ainda achava que estava tudo bem. Em fevereiro, o acordo estava em vigor, não percebendo o porquê de não ter mandado fazer a auditoria, porque é que não mandou fazer os orçamentos.
382. Se a auditoria era um pressuposto do acordo estabelecido no início de fevereiro, porque é que a deixou de a fazer, se só teve a informação depois do Covid-19 e de ter conseguido ter tido todas as análises, não percebe, havendo uma incongruência temporal que não percebe. Porque é que não foi feita a auditoria, essa auditoria, no seu entendimento, não enquanto técnico, as questões técnicas ficam de fora da Assembleia Municipal, mas, enquanto político teriam dado um jeito.
383. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo acha que não teria tido dificuldade a entrar na unidade industrial, porque se o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a fazer o “jogo” da Câmara Municipal e a preparar um processo contencioso, o fazer a auditoria era o cumprimento de um acordo que tinha sido estabelecido com a unidade industrial e a qual a unidade industrial reconhecia, se mandasse fazer a auditoria, não haveria inconveniente nenhum obviamente sobre isso.
384. Refere que não se vai chegar a um acordo sobre isso, mas aquilo que gostaria de reforçar e dizer que morreram animais, pensava que tinha essa informação da visita que fez ao local com o proprietário, porque ao que sabe o Senhor Presidente da Câmara Municipal também esteve no local para se inteirar da situação, não foi só um telefonema.
385. Reitera a disponibilidade do PSD para apoiar a Câmara Municipal, como o fizeram na reunião convocada com os líderes e como o fizeram nas intervenções presentes na Assembleia Municipal. Discordam da forma como se chegou até ao presente, mas estão disponíveis para, num futuro, ajudar naquilo que forem as posições políticas se entenderem que a autarquia sai fortalecida com a participação do PSD, manifestando essa disponibilidade.
386. Mudando de tema, na última Assembleia Municipal, conversaram bastante sobre a questão da evolução do desemprego e havia algumas notícias que desanimavam e haviam algumas notícias que animavam. Na altura, pediram ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o favor de incluir um ponto na Atividade Municipal em que pudesse fazer uma informação relativamente à evolução da taxa de desemprego ou do número de desempregados inscritos no IIEFP no Concelho de Vendas Novas e, o que queria pedir era para fazer esse ponto de situação se tiver esses números à disposição.
387. Apresenta uma terceira questão relacionada com o campo de futebol em piso sintético, um processo que se arrasta praticamente há três anos, que tem sido aquilo que têm qualificado como uma “grande trapalhada” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal já assumiu vários compromissos em termos de resoluções, assumiu inclusive um compromisso consigo de lhe enviar um convite para a inauguração que infelizmente ainda não aconteceu, mas questiona se houve alguma evolução em relação à última Assembleia Municipal, em que sabiam que a Câmara Municipal tomou posse da conclusão do empreendimento e gostavam de saber qual o ponto de situação à presente data, se está concluído, se não está concluído, qual a data prevista para concluir.
388. Refere também que ouviram com atenção algumas declarações que o Presidente da Câmara Municipal fez à Rádio Granada, relativamente a essa matéria e que indicava inclusive que o custo da obra ficaria abaixo daquilo que tinha sido contratado inicialmente, devido à cessação do contrato.
389. Refere que enviaram um requerimento há mais de um mês e que ainda não foi respondido e que gostariam muito que fosse respondido para atestarem essa informação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu à comunicação social e gostavam obviamente, de a obter contextualizada e detalhada para análise da Bancada do PSD.
390. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação às questões do desemprego, dando a informação ao Membro Ricardo Videira que, no presente momento, os indicadores que tem

- rondam os 300 desempregados em Vendas Novas, o que teve um ligeiro crescimento de um mês para o outro, não havendo um grande crescimento.
391. Em Vendas Novas percentualmente, o número absoluto pequeno representa uma grande taxa de crescimento percentual porque se tem um desemprego extremamente baixo, felizmente, sendo muito fácil crescer percentualmente quando assim é.
392. Informa que, no presente, têm uma empresa no Parque Industrial que está em processo de contratação que pode ir aos duzentos colaboradores e, portanto, Vendas Novas não tem problema de atração de investimentos, ou empresários, ou as empresas do Parque Industrial, acompanhadas em permanência e estão a superar com muita resiliência as adversidades do momento e têm essa informação que há uma empresa que está, no presente, com um processo de contratação em grande escala e daria praticamente cobertura a todos os desempregados de Vendas Novas, tivessem eles o perfil obviamente procurado pela empresa e isso está a acontecer também em mais três ou quatro unidades no Parque Industrial. Ainda não tem os dados finais, mas pensa que rondam os duzentos e cinquenta postos de trabalho novos e volta a frisar isso para que o Membro Ricardo Videira não venha cobrar no futuro, não tem os dados precisos, já pediu, mas não tem ainda, mas rondarão os duzentos, duzentos e cinquenta postos de trabalho num curto, médio, espaço de tempo.
393. Em relação ao campo de futebol em piso sintético, deixa a informação que não vai enviar convite porque, em princípio, a inauguração será breve e o Covid-19 não vai permitir grandes inaugurações como calcula, mas com um bocadinho de disponibilidade pessoal, até podem dar uns pontapés numa bola um dia, porque ele vai estar à disponibilidade da população.
394. De alguma forma, reiterando o total empenho em resolver a situação, o que tem para dizer é que evoluiu, estando contratada a empresa que vai regularizar aquilo que não foi bem feito no piso do campo, por um valor efetivamente mais baixo em termos de obra, sendo que a obra ficará um pouco mais barata do que aquilo que tinha sido adjudicada à empresa inicial e ainda não responderam ao requerimento devido à quantidade de dados que pedem no e-mail está no momento a aguardar resposta dos serviços, tendo recebido, recentemente, alguma informação que está no presente a analisar também.
395. O que pode dizer é que as garantias bancárias que têm no momento, suportam a diferenciação daquilo que foi o encargo, nomeadamente com a fiscalização de obra que foi maior do que o previsto inicialmente, mas será respondido o requerimento como tem respondido a todos, referindo-se ao Membro Ricardo Videira que têm sido muitos mesmo e têm os serviços dedicados em várias frentes, obviamente que não conseguem ter a informação logo, mas têm respondido sempre e, assim que tiverem essa informação responderão ao ofício.
396. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Consta que é verdade que a Bancada do PSD envia muitos requerimentos, sendo eles necessários para que consigam fazer o acompanhamento da Atividade Municipal, porque não têm presença na Vereação, têm acesso aos presentes debates de dois em dois meses e há uma honra que faz ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que efetivamente os requerimentos têm sido respondidos. A única exceção realmente foi a do PART que foi respondido com muito tempo de atraso e falta lá o ponto mais importante que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes vai fazer chegar com certeza muito rapidamente, que é o tal resumo da reunião entre a CIMAC, a CP e a Câmara Municipal.
397. Refere que se congratulam com essas perspetivas positivas relativamente à evolução do emprego e do investimento em Vendas Novas, isso acompanham obviamente e congratulam-se com isso. O investimento é positivo, importa potenciar, importa estratégia para potenciar, para desenvolver, para que o emprego seja mais estável e menos precário nos momentos mais difíceis que estão prestes a atravessar do ponto de vista económico e, obviamente aí, isso é a estratégia de quem está no executivo e esperam que tenham um bom desempenho, que isso é o que importa realmente para Vendas Novas.
398. Mudando de tema e focando-se na educação e nas escolas, relativamente às coberturas de amianto da Escola Básica n.º 1, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal se recordará, já trabalharam esse

assunto em outras Assembleias Municipais, na altura falaram primeiro sobre as duas Escolas, Secundária e Básica n.º 1. A Escola Secundária foi intervencionada durante o ano passado, no verão passado em 2019 e parte da Escola Básica n.º 1 também foi intervencionada em 2019. Surpreendentemente, foi só uma parte, não foi feita a totalidade e o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou juntamente com outros Presidentes de Câmara, que iria ser feita a intervenção no restante da Escola Básica n.º 1, tal como será feito, um pouco por todo o país.

399. A Bancada do PSD questionou, num dos seus Requerimentos, se existiria previsão para fazer essa intervenção. A resposta dada é que não tinham ainda objetivamente essa informação e que dariam essa resposta o quanto antes e aquilo que questiona ao Senhor Presidente da Câmara Municipal é já se consegue quantificar o quanto antes, obviamente partindo do princípio que isso terá de ser feito num período não letivo.
400. Numa segunda linha, relativamente também a escolas, estando anunciadas também as intervenções nas Escolas Básicas da Landeira e na Afeiteira, gostavam que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes desse alguma informação relativamente a esse ponto de situação, lamentando, obviamente, o facto de não terem sido intervencionadas no período em que estiveram fechadas, com o período da pandemia e o Coronavírus, mas obviamente, que se congratulam com as intervenções que estão a ser previstas e questionam sobre quando elas serão realizadas e qual o contexto dessas intervenções, porque ainda não conseguiram esmiuçar as intervenções que se fizeram no último ano.
401. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que, em relação às escolas e ao amianto, esclarece o Membro Ricardo Videira que pensa que o PSD de Vendas Novas não está suficientemente esclarecido que não é um compromisso da Câmara Municipal de Vendas Novas, porque nem é uma escola sobre a alçada da Câmara Municipal de Vendas Novas. É um acordo de boa fé e boa vontade que a Câmara Municipal de Vendas Novas faz com o Governo Português para acabar com o amianto e, no presente momento, com a informação toda que se tem, obviamente, que não foi substituída a restante cobertura da Escola Básica n.º 1, porque ela não está danificada, ao contrário da Escola Secundária e da Cantina da Básica n.º 1.
402. As coberturas não estão danificadas e, em situação normal, com a informação que todos dispõem, não precisavam de ser removidas não estando danificadas. No entanto, o Governo criou e bem esse programa para a remoção total do amianto das escolas e a Câmara Municipal de Vendas Novas entendeu dizer que sim Senhora, vamos lá, e estão disponíveis para isso, nomeadamente, aquilo que lhes compete fazer que é o desenvolvimento processual e acompanhamento da obra, sendo que o pagamento é feito pelo Estado Português.
403. Em relação ao quando, o que pode dizer é que as candidaturas estão feitas até ao final de outubro e que depois desenvolverão os procedimentos de projeto e de lançamento de concursos e não está em crer, e sem se estar a comprometer e tem de voltar a fazer essa salvaguarda, que no próximo verão será o ideal para a intervenção obviamente, porque não é uma coisa que se faça em uma semana e as pausas letivas que se vai ter não permitirão sem transtornos agravados, fazer a intervenção, sendo que ela vai ser plasmada no Orçamento do ano que vem, com o acordo que têm e com a candidatura que esperam ver aprovada até a elaboração do orçamento.
404. Motivo razoavelmente igual para que se perceba o porquê da Escola da Landeira não ter sido feita nenhuma obra até ao presente e, em primeiro lugar, esclarecer a priorização que fizeram das escolas desde a primeira hora em que chegaram à Câmara Municipal, a Landeira e depois a Afeiteira e depois Bombel. A calendarização é feita nessa sequência, sendo espetável ainda avançarem, no presente ano, com as obras na Escola da Landeira, sendo que já foi adjudicado e já decorreu o concurso público e já tem uma empresa selecionada que irá depois ser assinada a consignação e começar as obras, esperando que tudo corra bem e que a obra comece ainda no presente ano e a expectativa é que a obra decorra dentro dos prazos, como não conhecem a empresa, de alguma forma é um “tiro no escuro,” típico de um concurso público que decorreu.

405. A Escola da Afeiteira ficará para uma outra fase, tem a candidatura aprovada e, esse motivo foi que estiveram a aguardar a aprovação das candidaturas, elaboração de projetos, lançamento de concursos. Tudo isso leva tempo, por isso é que não o fizeram antes.
406. A Escola da Afeiteira, sendo menos prioritária que a da Landeira, até porque é mais recente, tem menos necessidades infraestruturais, querem fazer uma beneficiação diferente da que vão fazer na Landeira, sendo claramente ao nível do conforto que vão atuar e na Afeiteira seria um upgrade funcional da própria escola e esperam fazê-lo no próximo ano, porque que no presente ano já não vão conseguir obviamente fazer. Têm o projeto pronto, não lançaram foi o concurso e será inscrito no orçamento do próximo ano, mas sempre seguindo a estratégia do Município, desde a primeira hora, que foi Misericórdia, Extensão, Landeira, Afeiteira e Bombel, se vier a ser possível, sendo que Bombel, no presente, como se sabe não tem aulas a decorrer lá, mas é uma escola de Background para o caso de haver crescimento da comunidade escolar e pode vir a ser necessário abrir, tendo a de Bombel e Campos da Rainha como possibilidades.
407. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.
408. A Presidente da Assembleia Municipal refere que devido à situação do Covid-19, não há público presente e, excecionalmente, face à situação que se está a passar e de acordo com a Lei n.º 1-A de 2020 de 19 de março, a Sessão não será pública, sendo a sua gravação colocada no sítio eletrónico do Município na internet.
409. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 47 minutos do dia 29 de setembro de 2020.

A Presidente da Assembleia: 

O 1.º Secretário: 

Anexos

MOÇÃO

AMBIENTE COM TRANPARÊNCIA E ABRANGÊNCIA

Vendas Novas debate-se com um grave problema ambiental desde Julho de 2019.

A partir de Setembro desse mesmo ano, em sucessivas reuniões da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal tem sido interpelado a respeito do tema, prestando informação de forma parca, enviesada e omitindo factos que deveriam ser do conhecimento dos Autarcas, representantes da população.

A inexplicável atitude da edilidade traduz-se em alguns dos seguintes exemplos:

1. Até Janeiro de 2020, apesar de ter conhecimento de que uma das origens, se não a principal origem do problema, seria a Unidade Industrial Extraoils Oils for The Future, nunca prestou esta informação à Assembleia Municipal. Só o fez depois de questionado por um programa televisivo e pela rádio local;
2. Apesar de ter conhecimento de que as descargas efluentes da ETAR sobre a linha de água a jusante da mesma estariam contaminadas há já vários meses, nunca prestou esta informação aos Órgãos Autárquicos;
3. Apesar da magnitude do problema, em nenhum momento a Câmara Municipal ou a Presidente da Assembleia Municipal inscreveram um ponto na Ordem de Trabalhos para debater ou prestar contas sobre o mesmo;
4. Toda a informação que foi prestada à Assembleia Municipal sobre o problema Ambiental aconteceu depois de perguntas diretas em reuniões do Órgão ou através de respostas a requerimentos. A Câmara Municipal nunca forneceu informação de forma voluntária;
5. Ao invés de procurar a abrangência e o consenso político que a situação merece, a Câmara Municipal optou por chamar os Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal apenas e só depois de tomar decisões estruturantes e com uma sustentação técnica e legal que deveria ter sido mais robusta como quando decidiu fechar o coletor da Unidade Industrial Extraoils em 02/09/2020 e chamou os Partidos para reunir dois dias depois, em 04/09/2020.

Perante a importância do tema em apreço, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 28 de setembro de 2020 delibera:

1. Exortar o Presidente da Câmara Municipal a não omitir informação e a partilhá-la em tempo útil com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal;
2. Recomendar à Câmara Municipal que procure desenvolver soluções de consenso entre todas as forças políticas e cuja abrangência dê um ainda maior impulso às deliberações da Autarquia.

Vendas Novas, 28 de setembro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

MOÇÃO

Pela transmissão de áudio/vídeo em directo e online das sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas

Face à actual situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCOV-2 e da doença COVID-19, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, tem vindo a reunir em formato eletrónico, com recurso a meios de comunicação à distância, ao abrigo do regime plasmado na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

Antecipa-se que a suspensão do formato presencial, possa contribuir para um maior afastamento entre os eleitos e os eleitores, por estes cidadãos não terem a possibilidade de em direto acompanharem os trabalhos, tal como o habitualmente tinham vindo a fazer.

Como forma de mitigar os efeitos decorrentes desta limitação, e também por serem reuniões de realização pública, o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, sucessivamente alterada, vem estipular que estas reuniões podem *“(...) ainda ser transmitidas em direto pela Internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, se a autarquia dispuser de meios para o efeito.”*

Neste sentido, Assembleia Municipal, recorrendo às facilidades proporcionadas pela tecnologia da informação pode, facilmente, transmitir em direto a suas sessões públicas e permitir que os cidadãos interessados possam continuar a acompanhar a actividade dos eleitos locais, mantendo-se assim a ligação eleito eleitor.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 28 de setembro de 2020, eletronicamente, que delibere:

1. Criar os mecanismos, técnicos e regulamentares para transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da Internet, outro canal de comunicação, como por exemplo a rádio, nos formatos de vídeo e áudio, acessíveis a todos os cidadãos;
2. Diligenciar, para junto da Câmara Municipal de Vendas Novas, a disponibilização dos meios necessários para transmitir as sessões da Assembleia Municipal, em direto, através dos formatos anteriormente referidos;

3. Que as sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas possam ser transmitidas em direto por um órgão de comunicação social, local ou regional, que manifeste interesse para a respectiva transmissão.

Vendas Novas, 28 de setembro de 2020

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Ao abrigo da alínea e) do artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas, a bancada da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal, apresenta uma recomendação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de ser realizada uma sessão extraordinária presencial da Assembleia Municipal de Vendas Novas para abordar a situação criada pela empresa Extraoils, Oils 4 The Future, Lda., a actuação da Câmara Municipal neste processo e as consequências ambientais.

RECOMENDAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

A bancada da CDU na Assembleia Municipal considera sobre a empresa Extraoils, Oils 4 The Future, Lda., e a acção do executivo PS na Câmara em todo este processo de mais de um ano, o seguinte:

1. Em 24 de Junho de 2019 estiveram presentes na inauguração da Extraoils, Oils 4 The Future, Lda., o presidente da Câmara e outras entidades onde teceram elogios à empresa;
2. Em Julho de 2019 já haviam descargas indevidas/ilegais de águas residuais na rede de esgotos municipais, e reclamações de munícipes por causa dos maus cheiros, não tendo o executivo PS na Câmara suspenso a autorização provisória para descargas na rede, apesar de já terem conhecimento de quem eram estes empresários e do que se passava em Torres Novas;
3. Na reunião de Câmara de 2 de Outubro, os vereadores da CDU questionam o Presidente da Câmara sobre os maus cheiros, obtendo uma resposta genérica e evasiva, como é seu hábito;
4. Até Fevereiro de 2020 pouco ou nada é feito para resolver o problema, assumindo o presidente da Câmara em reunião de 5 de Fevereiro, com as empresas Extraoils, Oils 4 The Future, Lda. e Águas Públicas do Alentejo (AGDA), a realização de uma auditoria ao processo produtivo da empresa e às suas instalações, que aos dias de hoje ainda não se iniciou e serve de argumento à empresa na providência cautelar apresentada;
5. Desconhece-se se a AGDA solicitou responsabilidades à Câmara Municipal pela degradação da ETAR, e que tipo de responsabilidades, pelo que gostaríamos de ser informados;
6. Na alínea g), do parágrafo 15, do parecer nº 33/2020 de 31 de Agosto, do consultor jurídico da Câmara Municipal, somos informados que já se dispõe de uma proposta para a execução da auditoria, dizendo-se também que houve dificuldades em encontrar uma empresa para realizar tal trabalho. A bancada da CDU gostaria de ter uma informação por escrito e com cópia dos documentos, de todo processo que a Câmara desenvolveu desde 5 de Fevereiro para encontrar uma empresa para realizar a referida auditoria;
7. Dos três requerimentos realizados pelos vereadores da CDU para obter informações sobre o problema que afectava e afecta a população de Vendas Novas, o senhor presidente da Câmara nunca se dignou a responder a nenhum deles, mais uma vez como é seu hábito. Foram eles em 14 de Fevereiro, 27 de Fevereiro e 11 de Março;

8. Também não se percebe porque o Presidente da Câmara escondeu deliberadamente ou esqueceu-se de dar conhecimento à Câmara Municipal do parecer jurídico nº 28/2020 de 1 de Julho, assim como ao chefe da Divisão Operacional, conforme se concluiu pela leitura do 10º parágrafo do parecer referido no ponto 6;
9. Porque é que o senhor Presidente da Câmara não forneceu todos os documentos à empresa para ela se pronunciar durante a audiência prévia a que tem direito, conforme também podemos concluir pela leitura dos parágrafos 11, 20 e 21 do dito parecer de 31 de Agosto;
10. Quanto à informação escrita sobre o assunto, prestada a esta Assembleia, ela é praticamente nula e como habitualmente genérica, conforme se pode comprovar nos documentos enviados desde Julho de 2019;
11. O senhor Presidente da Câmara ao longo destes 14 meses tinha obrigação de ter informado esta Assembleia Municipal sobre todo este processo e no entanto poucas foram as informações dadas, às questões levantadas pelos membros desta Assembleia;
12. No dia 3 de Setembro, disse em reunião com os representantes das forças políticas com assento nesta Assembleia, que já tinha pedido à Srª Presidente da Assembleia Municipal para incluir nesta sessão um ponto sobre este assunto. No entanto notamos que se devem ter esquecido de o colocar na ordem de trabalhos ou consideram que o assunto é de menor importância para a Assembleia e a população de Vendas Novas;

Concluindo consideramos:

- a) Não é aceitável que os eleitos do PS se refugiem numa sessão da Assembleia Municipal por videoconferência, numa altura em que um problema tão grave afecta e afectará os vendasnovenses, pelo que sabemos do que se passou em Torres Novas, e sabendo que existem instalações municipais que permitem realizar Assembleias com a presença dos eleitos, serviço de apoio e público, em segurança;
- b) Não é compreensível que o Presidente da Câmara, Luís Dias e os eleitos do PS na Câmara, tenham gerido de uma forma tão irresponsável, leviana e negligente, um assunto de máxima importância para a saúde e o bem estar da população de Vendas Novas;
- c) Afirmamos, mas não queremos acreditar, que a irresponsabilidade, leviandade e negligência atrás referidas, possam ser propositadas, face aos constantes erros de actuação por parte do Presidente da Câmara;

Por tudo isto, solicitamos à Srª Presidente da Assembleia Municipal, o agendamento de uma sessão extraordinária presencial da Assembleia Municipal de Vendas Novas para debater este assunto.

Vendas Novas, 28 de Setembro de 2020



Declaração de protesto

A Lei determina que as sessões da Assembleias Municipais sejam públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento do público.

É sabido que o período de pandemia que atravessamos obrigou a tomar precauções, sendo uma delas a imposição de restrições à concentração de pessoas, especialmente em espaços fechados, o que levou a que durante vários meses, para garantir o funcionamento das instituições, fosse excecionalmente utilizada a forma de videoconferência, o que, no caso da Assembleia Municipal, implicou a exclusão ou enorme dificuldade à participação pública, já que muita da população, ou não tem conhecimentos ou não possui acesso fácil aos meios que permitiriam participar.

No entanto, essas restrições têm vindo a ser gradualmente reduzidas, sendo atualmente permitido que as reuniões se possam realizar, mediante a garantia de certas medidas, como a utilização de máscaras, o distanciamento social e a desinfeção do espaço e dos equipamentos utilizados.

Ora, Vendas Novas dispõe de instalações onde estas medidas podem ser garantidas, não se percebendo que se continuem a efetuar sessões da Assembleia Municipal por videoconferência, excluindo ou dificultando, desta forma, o público que nelas pretenda participar, dando a parecer que existe intenção de excluir a população da sua participação democrática na vida do concelho.



Por isso, a CDU quer deixar aqui o seu veemente protesto quanto à continuação da realização das sessões da Assembleia Municipal por videoconferência, esperando que a próxima reunião deste órgão já seja realizada em espaço e em condições que permitam a participação pública, salvo um eventual agravamento da situação pandémica que leve as autoridades sanitárias a impor novamente medidas que o impeçam.

CDU
Luís Rodrigues

Ao abrigo da alínea e) do artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas, a bancada da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal, apresenta uma recomendação aos Eleitos das restantes forças políticas, a propósito das eleições para os cargos de presidente e vice-presidente da CCDR

Recomendação

CONTRA A FARSA DA FALSA DEMOCRATIZAÇÃO DA CCDR

O chamado processo de “democratização” retomado pelo actual governo insere-se numa estratégia de que, ao longo dos anos, vários governos se têm socorrido para iludir o incumprimento do que a Constituição da República Portuguesa consagra quanto à criação de Regiões Administrativas. Uma estratégia que tendo já conhecido outros instrumentos – das Comunidades Urbanas às Comunidades Intermunicipais – se recentra ciclicamente na tentativa de apresentar a “democratização” das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) como parte de um processo de descentralização que de facto se quer impedir. Uma nova expressão desta visão centralizadora emerge na ideia divulgada sobre a intenção do Governo de instituir a figura dos secretários regionais (de facto comissários políticos do Governo), a pretexto da “avaliação positiva” da intervenção dos cinco secretários de Estado destacados no período da actual epidemia para articular serviços e de se relacionar com diversas entidades nas cinco NUT’s, acrónimo de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

Sempre baseado na mesma mistificação de conceitos, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando encontrar em soluções desconcentradas um factor de redução da exigência de uma efectiva descentralização. As CCDR não são nem podem ser uma autarquia porquanto constituem meras estruturas da Administração Central. Só por má-fé se pode pretender fazer crer que a “eleição” da sua direcção lhe alteraria a natureza e lhe conferiria legitimidade democrática. Observando a própria Lei se conclui que a fase de “democratização” terá um período de vida efémero medido naquela meia dúzia de horas em que decorrerá o colégio eleitoral.

O Presidente será eleito pelo conjunto de todos os eleitos municipais (incluindo os presidentes de Junta). Um Vice-presidente será designado pelos Presidente de Câmaras Municipais, e o outro vice-presidente será indicado pelo Governo.

A natureza objectiva da estrutura, especialmente com a subordinação de quem, tendo sido eleito pelos representantes do poder local, deverá executar orientações determinadas pelo Poder Central (tomam posse perante o primeiro-ministro e o incumprimento das missões e atribuições da CCDR determinam a cessação do mandato), com a corresponsabilização por processos (aliás já anunciados) que degradam os territórios e contrariam os interesses das populações (assinale-se a projectada transferência para as CCDR de um conjunto de serviços da Administração Central com o

que representará de centralização e de concentração de poderes sem resposta compatível).

É neste quadro que se tem de compreender a insistência neste processo que, recorde-se, teve no “acordo” celebrado em São Bento, no verão de 2018, entre o governo do PS e o PSD, cujo objectivo é o de manter adiada a regionalização e uma efectiva descentralização e dar espaço à transferência de encargos para as autarquias locais. Um objectivo para o qual a CDU não só não contribuirá, como denunciará e combaterá.

A Regionalização, tal como consagrada na Constituição da República Portuguesa, impõe-se, como a medida inadiável e insubstituível, em prol das populações e dos territórios respectivos.

Por todos os argumentos apresentados, apelamos ao voto em branco quer para o presidente, quer para o vice presidente, como a opção que melhor vinca o distanciamento activo da manobra em curso.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

28 de Setembro de 2020

Declaração de voto

Votámos favoravelmente esta proposta pelas razões que passo a expor:

As enormes restrições de âmbito financeiro e de funcionamento impostas pelo governo PSD/CDS, no âmbito das condições impostas pela Troika e negociadas pelo PS, levaram a que pessoas, empresas e instituições se vissem, inesperadamente, em enormes dificuldades.

Esta período foi aproveitado, pelo então governo, para um ataque às autarquias e ao Poder Local democrático, como nunca antes se tinha assistido.

Ataque que o próprio Partido Socialista reconheceu e procurou corrigir durante o seu governo no último mandato.

A Câmara de Vendas Novas, que desde sempre foi penalizada pelo incumprimento sistemático, por parte de todos os sucessivos governos, da Lei das Finanças Locais, sendo espoliada, desta forma, de muitos milhares de euros, viu, então, ser agravada, de forma excecional, a sua situação financeira, à semelhança da generalidade das autarquias.

Viu-se, assim, obrigada a recorrer ao Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental, cujo relatório semestral acabámos de votar.

Não podemos deixar de salientar a insensibilidade e o aproveitamento político de toda a oposição de então, em especial do PS, que, nas palavras de um seu eleito, agora Presidente da Câmara, se referiu a este Plano como “plano de destruição financeira e hipoteca orçamental”.

Não fosse este Plano ter sido aprovado e a atual gestão do PS não teria as condições que lhe permitiu cumprir compromissos e apregoar ter conseguido pagar as dívidas existentes.

? CDU
Luís Fordeus